

puebla! e então?

SUPLEMENTO — 24
CEI





Editorial	3
Puebla: Uma Igreja que se reúne	4
A graça da confirmação de Medellin	10
Documento de Puebla: contribuição para o ecumenismo?	21
Puebla 79: Uma tentativa de contra-reforma	25
“Eu creio na força do espírito”	32
Os teólogos em Puebla	43
A opção pelos pobres	44

CEI - SUPLEMENTO Nº 24 – MAIO – 79

Diretor-responsável: Domicio P. de Matos
Redator: Carlos A.C. da Cunha
Conselho Redatorial: Carlos R. Brandão,
 Elter D. Maciel, Jether P. Ramalho, José
 Sotero Caio, Marlene R. Campante,
 Rubem A. Alves.
Produção: J.F. Rêgo Barros
Arte: Sérgio Reis

Distribuído aos assinantes do CEI.
Assinatura anual: Cr\$ 180,00 - Avulso:
 Cr\$ 20,00 – Cheque pagável em nome de
Tempo e Presença Editora Ltda.
 – Caixa Postal 16.082
 22.221 – Rio de Janeiro – RJ.
Registrado de acordo com a Lei de
Imprensa.

Não, Puebla não foi evento de uma igreja, foi a própria Igreja Cristã no seu acontecer de cada dia. Lá estavam os bispos conservadores, os progressistas, os de centro. Podemos ter olhado para eles com olhos amigos, desconfiados, ou raivosos, conforme nossa tendência e gosto. Neles, porém, estavam consubstanciadas linhas de pensamento, as mais diversas, que eram – em última análise – as mesmas linhas que libertam ou que matam, que aliviam ou que sufocam este nosso viver-hoje num mundo onde se plantou certa vez (ou desde o alvorecer dos tempos?) a raiz redentora do Reino de Deus.

A Igreja, proclamada num diálogo entre dois homens, à beira-mar de Genzaré, teria que vir, e há de estar marcada sempre com o selo do Cristo: “as portas do Inferno não ficarão de pé diante dela.” Este afirmar do Senhor da Igreja se era esperança, também era proposta de luta ou de permanente estado de beligerância. Este haveria de ser o permanente dela, sua constante; as batalhas, os embates, esses seriam vários e diversos, teriam o feitio do bem-aventurado-és-tu e do afasta-te-de-mim-pedra-de-tropeço. Assim, até à consumação dos séculos.

Por isso em Puebla – que é população, que é povo – estava uma Igreja em meio às tensões, querendo ser Povo. Era uma de milhões de batalhas diante das resistências das portas do Inferno. Dom Pedro Casaldáliga desejou que Puebla de los Angeles (o nome da cidade) se fizesse Puebla de los Pobres. E ali também se estava fazendo essa conversão.

Tudo aquilo que se escreveu pré-Puebla e pós-Puebla, e que se vai ainda escrever e dizer, pertence a esse dar-à-luz a uma Igreja que seja a Assembléia dos Pobres. Nós estivemos lá como lá estiveram milhões, física e espiritualmente. Somos, como tantos, os sujeitos dessa luta.

O III CELAM não podia ser tudo o que desejávamos, mas foi – não há dúvida – algo desse tudo. É isto que desejamos dizer a nossos leitores pelos textos de Libânio, Clodovis, Adriano, Zwinglio.

ooo

Este número da Revista-Suplemento encerra uma fase de nossa presença nas lutas da Igreja. O próximo vai retomá-la com outra fisionomia, porém com o mesmo espírito: Derrubar as portas do Inferno.

PUEBLA: UMA IGREJA QUE SE REÛNE

J. L. Libanio
Centro João XXIII – Rio

A história assemelha-se ao “encontro das águas”. Do alto, a longa distância, percebem-se bem as linhas que mantêm os rios correndo paralelamente, de modo que somente depois de longo percurso elas se confundem. As águas profundas de Medellín vão encontrar-se com as de Puebla em limite bem definido.

De fato, na reunião da CAL (Comissão para a América Latina), o Card. Baggio, seu presidente, revelou a decisão de Paulo VI de convocar para 1978 a Conferência Geral do Episcopado latino-americano. Ao mesmo tempo, confiava ao CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano) sua preparação. Podemos considerar então encerrado o ciclo de Medellín. Inicia-se o de Puebla. Divisão feita em cima, de longe. Na realidade concreta, misturada, as águas de Medellín continuam correndo, entram na correnteza de Puebla, fundem-se no indistinguível movimento das idéias, das experiências, da vida da Igreja, que não separa as origens, nem divide os tempos, como os estudiosos.

Vamos considerar a correnteza de Puebla, como um caudal bem definido, que se permite dividir em três trechos bem claros. Deixamos de lado a combinação interna das águas, conscientes da impossibilidade de separá-las com a mesma facilidade. O primeiro trecho vai compreender os dois anos de preparação. O segundo, curto na duração, será agitado pela intensidade operativa das duas semanas e meia de Assembléia.

E agora navegamos nesse terceiro trecho, em que as águas correm através do Continente, da história.

Durante dois anos ocupou-se a Igreja da A. Latina na preparação da Conferência Geral do Episcopado. Não seria correto entender todo esse período como mera preparação para a reunião. Nesse sentido, a Assembléia dos bispos é antes um marco simbólico para algo bem superior: o processo de revisão eclesial em todos os níveis.

Uma consciência coletiva desenvolve-se em duplo movimento: extensivo e intensivo. Ambos têm sua importância própria. O momento extensivo é como as chuvas leves, que caem suavemente empapando a terra, para que possam brotar as sementes aí depositadas. Penetração lenta, mais difusa, menos controlável e perceptível, mas não menos eficiente. Foram dois anos, em que muitas e muitas comunidades eclesiais, grupos de leigos engajados e preocupados com a vida da Igreja, conselhos presbiteriais, membros do clero, religiosos, bispos se reuniram para refletir sobre o processo de evangelização da Igreja. Dessas inúmeras reuniões surge aprofundamento da consciência de Igreja, de sua responsabilidade na tarefa primordial de anunciar e realizar em gestos simbólicos e sacramentais a Palavra libertadora de Deus. Tal processo intensificou-se naturalmente na medida em que se aproximava a Reunião em Puebla. Esta era a força dinamizadora e catalisadora de tantos esforços. Importante, porém, era o processo em curso. A vida vinha de sua existência que, em última análise, remonta à ação do Espírito de Deus. Ao falar de Puebla não se pode esquecer desse momento de vitalização de conscientização de toda a Igreja.

Só isso já significa passo avante na consciência global da Igreja. Ela se sente mais firme, mais clara no referente a seu ser e sua missão. Recolhe de modo reflexo suas experiências recentes, seus avanços e retrocessos, seus momentos de alegria e de sofrimento, suas lutas, suas vitórias e derrotas, sua caminhada e seus fracassos. Esse balanço que se ia fazendo em todo o Continente, sob o impulso de preparar Puebla, já era Puebla.

A esse momento extensivo, seguiu-se o intensivo da própria reunião. Dois fatores vão ser importantes. O encontro dos membros da Assembléia entre si ativará, através de discussão em grupo, intervenções em plenário, conversas informais, convívio fraterno, experiências de oração em comum, todo um processo intenso de conscientização de ser Igreja. Em termos teológicos, podemos falar de uma experiência espiritual de crescimento em fé, esperança e caridade. Experiência que repercutirá no imediato comportamento das pessoas já na Assembléia e que prosseguirá na sua prática posterior, na medida em que forem fiéis à graça do Senhor. Em termos sociológicos, podemos ver um processo de socialização de conhecimentos, de reforço legitimante, de terapia reconfortante. Para muitos que tinham um mínimo de abertura e de capacidade assimilativa, o circular de novas idéias, o relatar de sugestivas experiências, o contactar com iniciativas estimulantes produzem enriquecimento. Socializam-se novos dados, conhecidos parcial e limitadamente. Esse papel importante de Puebla, fica, em geral, des-

curado, porque é difícil a verificação. Ademais, a convivência fraterna, apesar dos *roces* normais, engendra fortalecimento da consciência do próprio ministério. Os bispos, os agentes de pastoral presentes saem, sem dúvida, fortalecidos pela Assembléia na própria missão. Voltam mais esperançosos e corajosos para seus rincões natais. Desconhecendo essa enorme força do Encontro, muitos estranharam como bispos de diferentes linhas, ao chegar a seus países, pronunciavam-se positivamente a respeito de Puebla. Esperava-se que alguma linha saísse satisfeita e a outra frustrada. Não se pode compreender como pólos bem diferentes, até quase opostos, possam dar-se por contentes, satisfeitos. Não se satisfaz plenamente a interpretação mais comum de que estamos diante de um texto assaz vago, que comporte uma dupla linha de leitura, de modo que posições diferentes e mesmo opostas se sintam confirmadas. Há algo de verdade, uma vez que, de fato, o texto se situa num nível tal, que muitos pontos conflitivos ficam remetidos à mediação concreta a ser encontrada. Entretanto, há o fato psico-social do encontro entre irmãos numa Assembléia responsável, que exerce em todos um papel de conforto, de legitimação, de terapia. É uma função importante, que nunca poderá ser desprezada nem descuidada. Isso significaria desconhecer as leis da existência dos grupos, às quais o corpo eclesial não pode escapar-se.

Esse momento intensivo foi especialmente para os membros da Assembléia e para aqueles que mais diretamente se conectaram com ela, seja através de trabalhos diretamente relacionados com ela, seja através dos meios de comunicação de massa. O limite desses últimos é bastante grande. Pois, além de uma deformação proposital, ideológica, de grande parte da imprensa conservadora mexicana e de outros países, pouco a pouco o assunto Puebla foi perdendo interesse para a Imprensa Internacional. Esse esteve antes ligado à visita do Papa que à reunião dos Bispos. Deu-se muito mais importância à viagem de João Paulo II que a todo o conjunto de Puebla. E muitos não relacionaram a presença do Santo Padre com a reunião dos Bispos. Mesmo assim, a Assembléia com seu desenrolar exerceu função de conscientização eclesial em todos os níveis.

Estamos atualmente no terceiro momento de Puebla. A preparação terminou. A Assembléia dos bispos concluiu-se solenemente. E eis que a grande Igreja se pergunta agora: que foi Puebla? A pergunta refere-se num primeiro momento, curiosamente, à reunião dos bispos como tal. Haverá, portanto, todo um período informativo sobre a Assembléia. Teremos níveis de informação. Como as notícias dos jornais foram insuficientes e em geral existe latente a suspeita de sua fidelidade, espera-se com ansiedade dos participantes e pessoas diretamente informadas, que completem, explicitem, aprofundem os dados sobre a Reunião. Em breve, teremos em nossas mãos os primeiros livros, artigos, que nos darão uma visão mais completa do evento.

Num nível mais profundo, colocam-se as expectativas das pessoas mais exigentes. Entramos no campo das interpretações de Puebla. Para isso,

além do acontecimento da Assembléia com todo o jogo vivo de tensões, linhas, posições teológicas e ideológicas, influências, manobras, forças de poder, técnicas organizativas, etc. . . , desempenha papel fundamental o Documento Final elaborado e aprovado pelos Bispos.

Esse primeiro momento informativo tende a esgotar-se rapidamente. A curiosidade das pessoas resiste pouco tempo, satisfaz-se rapidamente, e não suporta as repetições monótonas. Fixa antes os aspectos anedóticos e diverte-se com os fatos pitorescos, as tramas normais das grandes reuniões.

O Documento Final tende, porém, a tornar-se cada vez mais o centro do Evento de Puebla. Diluindo-se as impressões da Assembléia, ficamos cara a cara com o Escrito. Nunca poderemos esquecer o lugar de origem. Contudo, ele adquire pouco a pouco uma autonomia própria e se imporá através da força de seus ditos.

Por isso, nesse terceiro trecho da grande correnteza de Puebla o Documento final merece importância especial. Ele condensa em palavras escritas a expressão da consciência do episcopado latino-americano no tocante à problemática da evangelização. É o limite possível de uma consciência média, de fato alcançada. Não se quer dizer que não se tenha podido ir mais longe. O campo dos possíveis é infinito e não interessa entrar por esse matagal impenetrável. Interessa partir do fato de que se chegou ao longo de 17 dias de trabalho, de discussões, de reflexão a esse consenso. Naturalmente, dentro de outras condições de organização, sob outra orientação geral, essa mesma assembléia poderia ter alcançado resultados mais corajosos. Mas todos esses condicionamentos históricos pertencem ao evento Puebla.

No Documento, podemos analisar suas grandes afirmações, suas intuições básicas, seus pontos centrais de um lado, e, de outro, os silêncios, omissões, lacunas importantes. Além disso, nele se encontram elementos conflituosos, onde as tensões mais significativas da Assembléia se refletem. Entretanto, vamos restringir-nos às grandes afirmações de Puebla.

As afirmações mais relevantes de Puebla situam-se precisamente em continuidade direta com Medellín. Isto é extramamente significativo. Um difuso temor de que Puebla pudesse ser um retrocesso em relação a Medellín, que encontrava fundamentos, seja nos documentos preparatórios, seja na maneira como a preparação e organização da Conferência era conduzida, felizmente não encontrou confirmação nos textos finais. Evidentemente, falava-se mais diretamente de corrigir os exageros oriundos de leituras reducionistas e ideológicas de Medellín. Naturalmente tais frases são em si corretas e inocentes, pois toda leitura reducionista ou ideológica – no sentido negativo de ideologia, isto é, de manipulação interessada – deve ser desmascarada. Contudo, dentro de certos contextos, elas significavam outra coisa. Queriam indicar descontentamento com a direção engajada de expressivos setores da Igreja do Continente em relação às camadas mais pobres e oprimidas. Exprimiam suspeita pela presença desse novo sujeito ativo, consciente, participativo: as classes populares. Corrigir Medellín ex-

primia colocar um freio a esse processo e se possível fazê-lo reverter. Na medida em que as classes populares ocupavam papel importante no seio das comunidades eclesiais, surgiam problemas internos e externos à Igreja. Internos em relação a sua própria maneira de ser. Começou-se a falar de “nova maneira de ser Igreja”, de “eclesiogênese”. Isso produzia arrepios “jurídicos e eclesiológicos”.

Novos problemas surgiam. Dois pareciam de imediata urgência: o significado da religiosidade popular com tudo que isso implicava para a liturgia, para a disciplina da Igreja, para a maneira de formular seus documentos, seus escritos, seus ensinamentos. Implicava nova exegese, nova dogmática. Termos até então absolutamente inusitados como “exegese popular”, “teologia popular”, começam a preocupar essas comunidades eclesiais. São questões relevantes, sérias, difíceis, que não podem receber qualquer resposta, mas que também não podem ser procrastinadas. A linha de Medellín insistia precisamente em enfrentar tais problemas, em procurar-lhes soluções para já, mesmo correndo riscos, aventurando experiências, empreendendo iniciativas audazes. Outro campo extremamente sensível afetava os ministérios. As iniciativas, as reflexões iam desde o simples fato de que leigos assumiam alguns ministérios novos, que afetavam antes um serviço ligado exclusivamente à prática social ou à Palavra de Deus até a recriação de liturgias, a possibilidade de uma Ceia do Senhor celebrada sem a presença de um ministro ordenado, pelo simples fato de ele não existir nessa comunidade.

Esses problemas estavam por detrás dos propalados “desvios de Medellín” e se buscava o fechar-se a tais tentativas, como sendo perigosas, infundadas, arbitrárias.

Puebla não vai entrar diretamente em tais questões no sentido mais concreto. Não se refere em seu texto aos desvios de Medellín. Prefere manter o tom positivo de afirmar, em alguns dos pontos mencionados, textos antigos do Magistério, não lhe acrescentando nenhum dado interpretativo, mas somente repetitivo.

No fundamental, Puebla reafirma as opções fundamentais de Medellín. Opção pelos pobres em vista de sua libertação. Opção pelas comunidades eclesiais de base, como expressão esperançosa e feliz de nossa Igreja particular. Reforço do caráter latino-americano de nossa pastoral, do modo de ser de nossa Igreja, sem que isso seja falta de comunhão com a Igreja universal. E finalmente, reafirmação solene de toda a temática da libertação, que pervade todo o documento. Medellín saiu reforçada nas suas dimensões básicas. Nesse sentido as águas de Medellín se misturam com as de Puebla numa única grande correnteza eclesial latino-americana. O rio engrossou-se, o seu caudal mais potente poderá romper mais facilmente as barreiras que se lhe antepõem.

Puebla tem sua originalidade. Não foi mera repetição ou reafirmação de Medellín. Isso já foi significativo, sobretudo dentro do clima a que alu-

díamos antes. A força do Espírito de Deus foi mais além. Impôs sua marca de novidade, de singularidade.

Em dois níveis podemos apontar esses progressos de Puebla: da reflexão e das opções, ações pastorais. Deixando o primeiro de lado, que suporia uma tractação mais longa e detalhada, restrinjo-me ao segundo. Três novidades principais: opção pelos jovens, opção por uma ação com os construtores da sociedade pluralista na América Latina e opção pela pessoa humana na sociedade nacional e internacional.

Neste Continente jovem, os jovens são prioridade. Eles são o futuro da sociedade e da Igreja. Da presença da Igreja junto a eles dependerá muito seu porvir e o da sociedade.

Puebla propugna por uma sociedade pluralista, isto é, que respeite as liberdades pessoais e associativas dos grupos. Os bispos sentem a necessidade de desempenhar presença mais qualificada, planejada, significativa junto a seus construtores, sem o que não seriam chefes espirituais responsáveis. Estariam alienados do grande processo histórico construtor da sociedade. E nessa tarefa, percebem que no momento atual a pessoa humana é vítima de explorações, violações nos seus direitos fundamentais, seja por parte de nações, como do jogo internacional dos interesses. A igreja em Puebla se sente profundamente solidária com a pessoa humana explorada em qualquer dimensão que seja, para colocar-se a seu lado, em sua defesa.

Naturalmente são programas que se delinham em grandes traços. Pertencem antes ao nível da utopia. A esperança, porém, se situa no fato de que certamente as igrejas particulares, as comunidades eclesiais irão certamente encontrando as mediações concretas de operacionalizar tais projetos. Na medida em que essas mediações forem encontradas, nessa mesma medida Puebla ganhará consistência, deixando de ser mero discurso e sim verdade da Igreja. O grande desafio para as nossas Igrejas, deixado pelo Documento final, consiste, portanto na descoberta das medições que viabilizarão as opções solenemente feitas. Esse terceiro trecho se caracterizará pois, pela concretização histórica do projeto utópico traçado na Assembléia Geral. E só a história mostrará a força impulsionadora e sugestiva do projeto e a coragem criadora de seus realizadores. Do acerto desses dois fatores dependerá o vigor de Puebla.

**PUEBLA:
A GRAÇA DA CONFIRMAÇÃO
DE MEDELLIN**

Clodovis Boff

1. Puebla — um fato eclesial

O encontro de Puebla foi mais que um fato simplesmente latino-americano. Foi um fato eclesial. Envolveu toda a Igreja. Isso se mostrou com a presença do Papa e pela atenção que levantou nas diferentes Igrejas espalhadas pelo mundo. A própria presença de um milhão de jornalistas de todas as partes era um sinal evidente desse interesse geral que Puebla suscitou.

De fato, a Igreja latino-americana está tomando de mais a mais importância no cenário da Igreja Universal. Isso se deve em primeiro lugar ao número de católicos de AL. São quase a metade de toda catolicidade. Em seguida, há aspectos qualitativos que caracterizam a Igreja latino-americana e lhe dão um realce particular. Entre tais aspectos note-se a atitude profética da hierarquia no campo social, denunciando a situação de miséria crescente do povo, a opressão política mantida por regimes de força e a mistificação das ideologias da segurança, e do desenvolvimento, filhas do liberalismo periférico. No plano do povo cristão, um traço original e marcante da Igreja latino-americana é a proliferação das chamadas “Comunidades Eclesiais de Base”. Seus membros devem se aproximar dos 2 milhões. São grupos de cristãos que procuram viver uma fé encarnada em sua situação social e histórica. Neles a leitura do Evangelho se faz sempre em confronto com as condições concretas que envolvem o grupo. Desse modo, as Comunidades Eclesiais de Base não só estão refazendo a trama do

organismo eclesial no meio do povo, mas estão também ajudando a recompor a trama do próprio organismo social, dilacerada por um Estado autoritário e antipopular.

É verdade que o futuro da América Latina depende também da Igreja. Mas não é menos verdade que o futuro da Igreja depende também da América Latina. João Paulo II deve ter estado bem consciente dessa implicação quando exprimiu o propósito de visitar a América Latina.

2. Antecedentes desde Medellín

Só se pode entender Puebla por seu “antes” por seu “durante” e por seu “depois” tal como uma palavra, que só se pode entender dentro do contexto de uma frase. Mas que veio antes de Puebla? Foi o período pós-Medellin. Esse período foi o que deu a verdadeira significação a Medellín. Medellín foi aquilo que as comunidades cristãs fizeram dele. Aliás isso acontece com todo evento histórico importante; parte de seu significado fica hipotecado pelo futuro, de sorte que ele vai-se desdobrando à medida que a história avança.

Que se pode revelar de significativo dentro da Igreja desde Medellín? Já se fizeram vários balanços. Entre estes, merece uma menção particular, devido à sua autoridade, o documento dos bispos da CNBB: “Subsídios para Puebla” (abril 1978). Entre os pontos mais importantes podem-se citar: o afrontamento profético da Igreja com o Poder, exprimindo seu distanciamento frente a este e a consseqüente aproximação do povo, sobretudo do “subpovo” – posições essas “que lhe mereceram perseguições, ao mesmo tempo que a glória de seus primeiros mártires” (nº 16); a difusão das CEBs e seu crescimento interno em termos de novos ministérios, crescimento este acompanhado de um compromisso mais profundo dentro do meio social; a mística da libertação dentro da pastoral, da atuação social e política e da reflexão teológica da espiritualidade. Foi, pois, dentro dessas três balizas que a Igreja na AL descreveu sua nova caminhada.

De fato, os 10 anos que se seguiram a Medellín foram anos de intensa vitalidade na Igreja da AL. Pode-se dizer que a Igreja começava realmente a assumir as cores locais, de modo autônomo e firme. Ela procurou se enraizar profundamente no chão do povo, assumindo sua condição e sua luta. A Igreja tentou tornar-se povo para que o povo se tornasse Igreja. Mas tal desenvolvimento não se fez de modo homogêneo e igual. E isto era natural. Houve Igrejas locais que avançaram de modo decisivo neste processo. Outras caminharam mais lentamente. Todas, porém, foram tocadas pelo novo empuxo assumido em Medellín. Esse ritmo desigual de marcha repercutiu inclusive no seio do próprio organismo de colegialidade da Igreja latino-americana que é o CELAM. Num primeiro período (até 72) ele caminhava regularmente ao sopro de Medellín. Já no segundo, com a mudança da secretaria, começaram a aparecer algumas tensões. Ninguém mais duvida que a figura de Mons. Trujillo, eleito então secretário geral do CELAM no lugar de Mons. Pironio, está no centro dessas tensões. Come-

çaram a surgir críticas cada vez mais freqüentes às “falsas interpretações” de Medellín, à “Teologia da Libertação” a à linha pastoral de figuras destacadas do episcopado latino-americano.

Tudo isso provocou (ou revelou) a existência de tendências distintas dentro do Episcopado latino-americano. Estas tendências se manifestavam com aquilo que constitui os *antecedentes próximos* de Puebla: os documentos preparados pelos órgãos do CELAM e discutidos nas e pelas várias comunidades do Continente: o “Documento de Consulta” e o “Documento de Trabalho”.

O primeiro vinha marcado por uma opção pastoral determinada. Defendia um projeto pastoral que visava a criação de uma “cultura cristã” mediante a ativação do potencial da religiosidade popular, considerada basicamente “católica”. Para o Documento de Consulta, a questão da “Justiça Social”, de uma “nova sociedade”, viria em conseqüência. Essa questão vinha pois em segundo lugar, e de um modo derivado.

Os episcopados latino-americanos reagiram de modo distinto ao documento. Alguns lhe deram uma adesão global (assim o episcopado argentino, colombiano, mexicano etc.) e outros o rejeitaram simplesmente ou o deixaram discretamente de lado propondo uma outra orientação (como foi o caso dos episcopados peruano e brasileiro).

Isso mostrou que o texto não recolhia unanimidade dos bispos. Efetivamente ele vinha vasado numa linguagem que traía uma escola teológico-pastoral bem particular imperante no seio de alguns organismos oficiais do CELAM. Mas o documento teve o mérito de fazer os episcopados refletirem e se posicionarem.

No nível das bases, a III CELAM levantou grande interesse. A dificuldade estava na linguagem. Com efeito, o documento não parecia ter sido feito para as bases: nem para sua compreensão e nem para seus interesses autônomos. Apesar de tudo isso, as bases chegaram a confrontar suas práticas com as concepções e propostas do “Documento de Trabalho”. Para elas, havia uma dificuldade ainda maior: por que canais fazer passar seus pontos de vista, suas demandas e propostas? Somente o próprio bispo poderia servir de seu representante. Mas outros mecanismos de presença e de representação foram usados: cartas, publicações várias, uso da imprensa, proposição de nomes de convidados para Puebla, etc.

Embora o efeito intencionado de tais iniciativas não tenha sido muito grande, seu resultado foi sobretudo interno: interesse, expectativa, busca de informações, comunhão de prece etc. em torno do evento-Puebla. Esse espírito mostra toda a sua importância quando se pensa no pós-Puebla. Os textos finais vão encontrar assim espíritos já preparados e dispostos num determinado sentido. E tal disposição vai assumir os resultados de Puebla e dar-lhe uma aplicação ou utilização correspondente.

O segundo texto preparado pelo CELAM e enviado aos bispos surgiu da reformulação do primeiro a partir dos aportes dos diferentes episcopa-

dos Continente. Chamou-se “Documento de Trabalho”. Ele vinha melhorado, mas ainda dentro da linha de fundo expressa no primeiro. Isso evidenciou o fato de que havia uma linha definida e decidida dentro do episcopado latino-americano e que contava com o apoio de órgãos de direção do CELAM. O desenvolvimento ulterior, já em Puebla, ia mostrar que essa linha não possuía o peso que parecia ter e que o grupo do Secretariado lhe emprestava. Ela estava condicionada por temores excessivos e justificava seu propósito de “revisão” em “desvios”, “exageros” ou “más interpretações” que eram reais mas nunca linhas de fundo na pastoral e na teologia. De todos os modos, na chegada dos bispos em Puebla, o ambiente era tenso. O cenário parecia carregado. Tudo dava a impressão de que entrincheirados atrás de duas correntes bem definidas, os ânimos estavam armados de parte a parte. O que lá se passou não só “resolveu” tal tensão mas mostrou que ela continha uma boa carga de prevenção criada e definida de maneira artificial.

3. A tendência restauradora

Seja como for, tentemos caracterizar as duas correntes aludidas. Tomando Medellín como ponto de referência, poderíamos chamá-las: uma de *restauradora* e outra de *confirmadora*. A primeira entendia que Puebla devia corrigir ou ratificar as “interpretações errôneas” surgidas de Medellín. Pensava-se sobretudo nas “Comunidades Eclesiais de Base” entendidas como “igreja popular” ou “igreja que nasce do povo”; pensava-se em instituições como o CLAR (Conferência dos Religiosos da AL) e seus peritos, funcionando como “magistério paralelo”: pensava-se na “Teologia da Libertação” como uma reflexão que se tivesse deixado levar pela ideologização da fé e pela defesa da violência; etc.

Algumas alusões nos discursos do Papa no México pareciam referir-se a isso. Os grupos de cristãos de outra tendência não deixaram de acatar completamente o conteúdo das ressalvas papais, afirmando que aquelas preocupações eram mais fruto de temores infundados do que perigos reais.

Na verdade esta corrente contava no seio da Conferência, com o apoio de nomes ocupando postos-chaves na direção da CELAM, como o referido Secretário Geral do CELAM. Este, de resto, tinha usado de seu poder para influir nas escolhas dos representantes de Puebla, tanto de bispos como de peritos e convidados. E isto foi feito mediante pressões de bastidores, sobretudo dentro dos órgãos do Vaticano e também através do sistema de regulamentos e normas relativas à Assembléia. Uma carta de Mons. Trujillo, publicada por um jornalista durante o encontro de Puebla, mostrou até onde tinham chegado os propósitos daquele Monsenhor em termos de tráfico de influência. Felizmente, aquela publicação, em que pese a infração de um direito pessoal que ela envolvia, serviu para reconduzir o Monsenhor ao seu lugar devido, além de ter comprometido de modo talvez irreparável, sua carreira futura dentro do CELAM.

Essa orientação restauradora era basicamente a de alguns episcopados nacionais, tais como o colombiano, venezuelano, mexicano e sobretudo o argentino. Mas contava também com uma série de bispos em todos os episcopados, sem excluir o brasileiro.

Poderíamos dizer que ela supunha uma teologia verticalista, onde se acentua o aspecto transcendental do Cristianismo. Seu lema seria: “Meu reino não é deste mundo” (Jo. 18.36). Para ela a fé se exprime sobretudo em seu aspecto religioso ou cultural. Cristianismo é antes de tudo uma religião e não uma ética ou outra coisa. Essa corrente acha que depois de Medellín a Igreja ou setores importantes dela exageraram em seu compromisso social. Politizaram a fé, radicalizaram o Evangelho, transformaram a religião numa ideologia, enfim, se intrometeram em campos que não eram de de sua competência. Tratar-se-ia agora de colocar as coisas em ordem, de recuar lá onde se avançou demais, colocando em jogo a identidade da fé e a missão própria da Igreja. Essa corrente se mostra muito preocupada com a questão do “específico” da fé, com as funções diretamente religiosas da Igreja. Seus interesses são sobretudo institucionais. O que está no centro da questão não é a sociedade mas a própria Igreja. Sua eclesiologia é calçada no modelo de Cristandade, onde a Igreja, em aliança com o Poder, se faz presente na sociedade como modeladora de cultura a partir de sua própria tradição. Diríamos que se realça aqui a “Ecclesia ad intra”, a Igreja da “Lumen Gentium”, com seus interesses corporativos e todo o seu aparelho intra-sistêmico.

Não que esta corrente não tivesse nenhuma sensibilidade pelos problemas sociais. Ela entende que à medida em que a Igreja é fiel a si mesma que ela presta o melhor serviço à sociedade. Com uma idéia um tanto mecanicista e dedutiva da relação Igreja — Mundo, Fé — Sociedade, ela afirma que primeiro há de se formar o cristão. Este, uma vez formado, atuará automaticamente como um bom cidadão. Primeiro, pois, a conversão. A Revolução vem por acréscimo. A Igreja atinge o coração do homem e só depois a sociedade.

No mais, em termos sociais, a função da Igreja, para essa concepção, visa mais à cultura de uma sociedade que à estrutura dessa mesma sociedade. Trata-se de criar um novo padrão de valores, de ideais, um novo ethos. Daí surgiriam novas estruturas sociais, econômicas e políticas. De outro modo, estaríamos refazendo os quadros que queremos mudar. Digamos que tal orientação poder-se-ia chamar de culturalista. Ela entende oferecer uma “terceira alternativa”, uma “terceira via” relativamente ao Capitalismo e ao Coletivismo. O que interessa é criar uma cultura cristã. E a grande força para tanto seria a religiosidade popular, ela se considera global e substancialmente católica. Tratar-se-ia de preservá-la da onda de secularismo, tanto em sua forma liberal quanto na marxista. Não há dúvida de que uma atitude assim leva, no terreno social, no máximo, ao reformismo ou ao gradualismo reformista, pois que se trata fundamentalmente de conservar a “base” cultural existente com a intenção de construir sobre ela uma sociedade distinta.

4. A tendência confirmadora

A segunda tendência dentro do episcopado latino-americano às vésperas de Puebla poderia levar o nome de *confirmadora* ou *continuadora*. Essa designação pode parecer paradoxal, mas se tomarmos como ponto de referência Puebla é assim que deveríamos chamá-la. Com efeito ela se definia com o propósito de levar em frente a linha de Medellín, de reassumir suas opções de base mais ampla e profundamente, enfim, de confirmar suas linhas de fundo.

O próprio Papa não deixava de dar indicações também nesse sentido em seus discursos. Falou na temática da libertação, que tinha sido um filão central em Medellín, repetindo nada menos que umas 25 vezes o termo “libertação”. Um outro tema de fundo surgido em Medellín foi o da “opção pelos pobres” e aqui também o Papa não perdia oportunidade para se referir a ele. Com efeito, em seus discursos, sempre que referia ao homem, o Papa introduzia ritualmente a cláusula: “especialmente os pobres”, “sobretudo os oprimidos”, etc. Por fim, quanto às “Comunidades Eclesiais de Base”, o Papa foi mais discreto, talvez por se sentir muito tocado pelo aspecto massivo do Cristianismo latino-americano, sobretudo mexicano, tão parecido, a seus olhos, com o cristianismo polonês. De todos os modos, tanto no Santuário de Guadalupe como na Abertura da III CELAM o Papa convidou a prosseguir decididamente o espírito medelliniano.

Nesta corrente continuadora podemos situar os bispos mais em vista da AL relativamente à opinião pública nacional e internacional, tais como D. Hélder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns, D. Leónidas Proaño, D. Oscar Romero (de S. Salvador), etc. O episcopado brasileiro se situava em sua maioria nessa corrente, assim como os episcopados chileno, equatoriano, peruano, cubano.

Diga-se também que se fizeram presentes em Puebla um grupo de uns trinta teólogos, todos na linha da teologia da libertação, uns a convite de bispos e outros a título de liberdade evangélica. Sua presença encontrava uma justificação objetiva no fato de que entre os peritos escolhidos, a linha da “teologia da libertação” estava pouco ou quase nada representada. Embora inicialmente suspeito pelos da tendência contrária, este grupo recebeu desde o início as boas-vindas e o estímulo de grandes nomes como o de D. Aloísio Lorscheider, presidente da CELAM, D. Paulo Arns, Cardeal de S. Paulo, D. Hélder e outros. Trabalharam em plena comunhão com os bispos da CELAM, oferecendo seus serviços teológicos a quantos quisessem. Algumas dezenas de bispos puderam ter contactos com esse grupo na maior liberdade e harmonia. A atuação desses teólogos procurou ser discreta. Não deu oportunidade de a imprensa alimentar intrigas entre as várias tendências, jogando uma parte da Igreja contra a outra — menu apetitoso embora corriqueiro para a opinião pública. Isso não deixou de surpreender a mesma imprensa que acreditava poder presenciar uma partida de box —

para ficar num exemplo tirado da famosa carta do malfadado Secretário Geral da CELAM.

Esta corrente sublinha a dimensão encarnacional da fé. Seu lema seria: "O Reino de Deus já se encontra no meio de vós" (Luc. 17.21). Para ela, o Cristianismo se realiza antes de tudo como *prática*, prática ética: amor, justiça, fraternidade, paz. Nesse sentido a fé cristã consiste mais no amor que no credo, mais na ação que no culto. Mais que celebrar a salvação, o cristão deve "efetuá-la" através de seu engajamento no mundo, visando transformar a sociedade na direção do Reino de Deus. O compromisso político faria parte intrínseca do Evangelho. Caso não tivesse incidência ou significação histórica o cristianismo perderia não só em credibilidade mas também e principalmente em substância. Seria um cristianismo morto, um cadáver, no máximo um belo sistema de símbolos, dogmas e instituições históricas. Uma cultura e nada mais.

Aqui se privilegia o aspecto ético-político sobre o aspecto religioso-cultural. A eclesiologia que supõe tal posição é uma eclesiologia de diáspora: a de uma Igreja representada como uma rede de comunidades pequenas, disseminadas capilarmente dentro do corpo social e agindo aí como fermento transformador. A aliança aqui não é mais com os poderes, mas com os pobres. O objetivo não é tanto manter o sistema cultural presente mas transformar a sociedade pelas bases, é gerar uma nova sociedade onde os valores expressos pelo Evangelho possam ter um corpo social e histórico. Tem-se aqui diante dos olhos uma eclesiologia mais próxima da "Gaudium et Spes" — a de uma Igreja pobre e serva dos homens, sobretudo dos pobres. É a de uma "Ecclesia ad extra".

Mas onde ficaria a identidade da fé? A identidade da fé, para essa orientação, se processa dentro do próprio compromisso libertador. Não há dúvida de que há o momento religioso, litúrgico e doxológico da fé. Mas como prática simbólica ou sacramental, ela olha para seu referente verdadeiro, que é a salvação na história mediante o amor.

Não se despreza aqui a religiosidade popular e a criação de uma cultura inspirada no Evangelho. Mas a "cultura cristã" constitui um interesse reflexo, indireto. Ela é mais efeito do compromisso com os homens que um *objetivo* pastoral concreto. De resto, a cultura é dessas coisas que se fazem sem intenção de fazê-las. A cultura é a vida se desdobrando, se exprimindo. Cultura é flor que se abre a partir do próprio processo de viver. é somente em épocas de declínio cultural que a cultura se torna objeto de cultivo expresso. É então que surgem os antropólogos, que vêm estudar hábitos em vias de desaparecimento, guardar os produtos culturais que sobram no processo de decadência, etc. A antropologia, os museus, os arquivos culturais só existem quando uma cultura deixou de ser vida e se torna fóssil. Somos nós que estudamos a cultura indígena. Para os índios, sua cultura não é objeto de estudo mas de vida, de consumo vital. Ora, se há hoje preocupação por preservar a cultura popular e sobretudo (para a Igreja) a religião popular, é porque ela está ameaçada de desaparecimento.

É porque ela não está mais informando ou expressando a vida. Se se quer então revitalizar a cultura não é agindo sobre ela que se conseguirá este objetivo mas é atuando no nível de sua fonte escondida, que é a vida vivida do povo. Um renascimento cultural é possível somente quando há novas relações sociais que se criam, quando há um novo projeto histórico que se materializa. Trocando em miúdos, é principalmente lutando com o povo e sendo povo, que a Igreja garante ao cristianismo uma presença (sacramental) na sociedade e na história e não tanto lutando diretamente por esta presença via cultivo e aprimoramento da religiosidade popular.

Aliás, se examinássemos as bases reais dessas posições pastorais distintas, veríamos o seguinte: os bispos mais populares, que têm maior experiência de povo e que assumiram um compromisso profético mais decidido, são os que defendem uma concepção mais encarnacional, ético-profética da missão da Igreja. E ao contrário: os bispos cuja prática pastoral é mais tradicional, que estão mais distantes das massas, são aqueles que prognam por um cristianismo mais religioso-cultural, uma fé mais espiritual ou transcendental. Há, pois, um paralelismo ou homologia estrutural impressionante entre posição pastoral e prática pastoral, entre teologia e compromisso concreto. Mas a que variável atribuir a causalidade, ou melhor, a predominância? Tem-se a teologia da própria prática ou tem-se a prática da própria teologia? Sem negar que haja uma relação dialética entre esses dois pólos, é preciso contudo reconhecer que o movimento mais forte vai da base para cima e não ao contrário. Isto é: mais se pensa como se age que o contrário. (Deus naturalmente não está submetido a essa dialética)

E mesmo as práticas pastorais dependem de outra coisa ainda que simplesmente da boa ou má vontade do pastor. Sem negar a liberdade, elas dependem grandemente das próprias condições sociais que provocam ou bloqueiam tais ou tais posições. Isso deve ser dito para desobjetivar a discussão no que concerne a diversas linhas de pastoral e conseqüentemente para evitar o moralismo dos juízos condenatórios. O cristão sabe que toda bondade e virtude provém finalmente da graça. Instruído pelas Escrituras sabe também que a Providência ensinou aos homens, sobretudo de Igreja, através da própria história e de maneira por vezes paradoxal.

5. Os resultados de Puebla*

Seria interessante analisar aqui como se desdobrou o movimento dentro da assembléia. Pode-se discutir a dinâmica adotada. Relevam-se aqui alguns dados aptos a nos permitirem uma leitura mais crítica das conclusões de Puebla.

*O Autor expôs o conteúdo essencial de Puebla em estudo a ser publicado proxima-mente no 1º número da revista "Puebla" deste ano e na introdução à edição da Vozes dos documentos de Puebla.

Em vez de realizar o voto do Papa de que Puebla fosse um grande “encontro fraterno de pastores”, dividiram-se os participantes em equipes de pouco mais de uma dezena para elaborar um documento sobre um tema por ele escolhido entre os 21 propostos. A vantagem aqui era que os próprios pastores discutiam e deitavam no papel sua concepção do tema em estudo e não os peritos, como sucedeu no Vaticano II e especialmente em Medellín. Os bispos em Puebla não queriam mais ser atacados de “peritonite”. Uma desvantagem paralela era que as equipes tinham por função precisa elaborar um “paper”. Outra coisa seria se tivessem como propósito realizar um grande intercâmbio fraterno de experiências, lutas, dificuldades e esperanças, sem se preocuparem, por enquanto, com textos. Depois, sim, é que poderia surgir um texto, reunindo as grandes linhas da troca de idéias e orientações. Na realidade, dedicou-se apenas um dia e meio para as assembléias gerais. E aí cada um expunha seu próprio ponto de vista em apenas três minutos sem possibilidades de debate.

O resultado dessa dinâmica inadequada foi o imenso número de “modos” para os textos (havia uns 6.000 “modos” para cerca de 4.000 linhas do documento em sua 3ª redação) e um texto final de 230 páginas, onde há idéias e vistas que se repetem até à náusea. De todos os modos, podemos fazer aqui um balanço geral.

Podemos dizer, em resumo, que o resultado foi grandemente positivo. E o aspecto mais positivo consiste antes de tudo numa *síntese satisfatória* que se conseguiu entre as duas tendências descritas. A síntese não é perfeita e nem podia sê-lo. Mas satisfaz à Igreja latino-americana para o momento em que ela se encontra. Nesse sentido é uma síntese marcada por seu momento histórico. Mais à frente ela vai se mostrar inadequada, pois novas questões e problemas se colocarão e novas sínteses serão necessárias. Mas a síntese foi conseguida. E foi conseguida, inclusive na base de discussões, oposições e concessões mútuas. O Espírito usa de tudo isso, por que não? ou melhor: como não? A favor da segunda corrente afirma-se que a fé é o compromisso social e político da Igreja e, sobretudo, dos cristãos. Mas a favor da primeira corrente afirma-se ao mesmo tempo que tal compromisso deve sempre *partir da fé*.

Assim a tensão com que se iniciou Puebla e que vinha se acumulando ao longo desses 10 anos desde Medellín se aquietou. Fica salva a transcendência da fé, sua vigência totalizante, inclusive e sobretudo no que tange ao engajamento político, e fica afirmada também a necessidade de sua encarnação na história via práxis. Mais, alerta-se para a exigência atual de uma síntese entre fé e política.

Esse resultado parece banal. Os teólogos já não tinham falado nesses termos? E muitos pastores não diziam o mesmo? Entretanto, não se devem julgar aqui esses resultados por si mesmos, destacados da realidade histórica na qual eles podem representar luz e energia. Não é como conclusões teóricas que se devem avaliar os textos de Puebla mas como perspectivas aceitas, elaboradas, firmadas e assumidas pelos bispos da Igreja do Continente em conjunto. Que o corpo episcopal presente em Puebla tenha che-

gado unanimemente a essa conclusão (dos 179 votos finais, um só foi nulo) significa, tudo considerado, um grande passo.

Como dissemos, bispos e outras comunidades na Igreja já tinham chegado a essa síntese. Eles contribuíram para que a síntese se generalizasse. De todos os modos, para eles, Puebla não traz talvez grandes coisas de qualitativamente distintas, de propriamente novas, mas Puebla lhes dá maior base de consenso, Puebla lhes associa maiores forças, lhes dá maior cobertura, e lhes infunde sobretudo a garantia moral da justeza de sua caminhada. É a graça da confirmação.

Puebla possibilitou uma socialização das tendências e experiências. Se Medellín representa nosso “édipo eclesial”, podemos dizer que muitos bispos fizeram em Puebla seu Medellín. Não sem a ajuda dos que já tinham realizado seu Medellín. Assim, na fraternidade, cresceu a comunhão da Igreja e sua integração interna. Se não houvesse Puebla, os caminhos do pensamento e da ação eclesiais se seguiriam paralelos e mesmo divergentes, pondo em risco a própria unidade eclesial, sobretudo em nosso tempo de “aceleração histórica” impressionante.

O ponto de síntese se atingiu no jogo de confrontação das diversas tendências. Não que um grupo tenha conseguido impor ao outro seu ponto de vista. Os termos a que se chegou situavam-se à frente das duas correntes expostas. A totalização se achou no movimento dos pontos mesmo antagônicos. E o paradoxal é que ela se atingiu — parece — ao preço da convicção na própria parcialidade enquanto total.

Essa interpretação pode parecer conciliatória. Mas temos que apreciar Puebla pelo que ela é e não pelo que não é ou pelo que se gostaria que fosse. Ora, Puebla nada mais é que a expressão simples do nível médio a que chegou o episcopado latino-americano tomado como um todo. E a verdade que ele propõe é a verdade que ele pode suportar. É a verdade que lhe permite sentir-se unido e integrado.

Que seja um avanço, Puebla o é de fato. E o é no sentido já explicado: avanço da totalidade do corpo episcopal para uns pontos que antes eram vividos e defendidos por grupos reduzidos, em todos os casos não majoritários. No caso por exemplo, da “opção pelos pobres”, os bispos que pouco sentiam essa questão tiveram a oportunidade de chegar até lá. . . lá aonde já tinha chegado um bom número de outros. Estes não avançaram, mas receberam agora o esforço desses outros que chegaram. E isso se configura num avanço real.

Houve avanço global particularmente no que tange à dimensão social (especialmente política) da fé. A insistência no aspecto social e não meramente individual e intimista da fé atravessa todos os textos, e é martelado até o ensurdecer. Cada documento procura afirmar essa dimensão, sem levar em conta que os outros textos poderiam dizer o mesmo. É como se cada comissão tivesse medo de que tal insistência fosse esquecida. O acento pelo social vem expresso de modo todo particular na forma da libertação — tema esse que volta a todo o momento. Nesse sentido Puebla

enriqueceu esse e outros temas. Deu-lhes maior envergadura. Por isso, Puebla representa também um avanço *para o fundo*.

É verdade que tal acentuação parece dar razão antes à segunda corrente que à primeira. E é verdade no sentido seguinte: na nossa América Latina não é certamente a questão da identidade da fé ou de sua expressão religiosa que se faz problema. Não. É antes o fato de que esta fé, culturalmente tão marcante, não encontra uma forma histórica de expressão, não atua de modo transformador em cima e dentro do sistema social.

A questão crucial é pois o impacto social da fé. Tal é o “*hic Rhodus hic salta*” da pastoral latino-americana. A questão pode ser formulada assim: como é possível que sociedades ditas cristãs possam viver num sistema de exploração e iniquidade que é de fato anti-cristão? Tal é a contradição dolorosa que representa para a fé a situação latino-americana. É o que afirmam as conclusões de Puebla.

E se nesse ponto preciso, a posição dos “progressistas” se impôs, é porque eram eles que estavam percebendo melhor a situação. Na troca de idéias, ganharam seus companheiros para os mesmos pontos de vista. No entanto, a insistência destes últimos em favor da identidade da fé serviu para não perder de vista a ótica própria de abordar esta situação, que é a da fé, ou seja: a ótica própria da Igreja. Os tempos parecem, pois, pedir da Igreja toda uma maior sensibilidade pelas implicações políticas da fé, a partir mesmo de sua especificidade.

As posições de Medellin reafirmadas e asseguradas, como que ganham uma segunda vez, adquirem assim um caráter irreversível. Saem fortalecidas dessa espécie de “prova de fogo” que foi o confronto de Puebla. Portanto, o que Puebla deu às posições assumidas em Medellin, foi sua confirmação, a garantia de sua irreversibilidade e uma base segura para uma audácia pastoral renovada.

DOCUMENTO DE PUEBLA: CONTRIBUIÇÃO PARA O ECUMENISMO?

**Dom Adriano Hypolito,
bispo de Nova Iguaçu**

1

Quem ama Jesus Cristo, ama a Igreja. E deste amor tira força, tira caminhos e sugestões, tira sobretudo esperanças para lutar e sofrer pela unidade e para, na medida do possível e dentro de situações concretas, trabalhar em comum para a realização do plano de amor do Pai. Deste amor se alimenta necessariamente o desarmamento de espírito, a abertura interior, a simpatia, a generosidade, o esforço mútuo de compreensão e de ajuda, o desejo ardente e ininterrupto de diálogo (apesar de toda e qualquer frustração e decepção), a oração e o sofrimento pela grande causa da unidade dos cristãos. Sem sofrimento, sem oração, sem amor a Jesus Cristo, à Igreja, à grande causa da unidade, aos irmãos — não se pode imaginar qualquer tipo de Ecumenismo e muito menos qualquer fruto duradouro do movimento ecumênico.

Quando alargarmos a nossa preocupação dos cristãos para os não-cristãos, por ex., os judeus, os maometanos, ou ainda mais distantes de nós, para os não-crentes, para as religiões primitivas (nisto à falta de melhor palavra, não vai nenhum critério de valor) — precisamos alargar ainda mais o nosso amor a Jesus Cristo e à Igreja, precisamos tirar da vontade salvífica e universal do Pai a motivação profunda para um diálogo com todos os não-cristãos, com todos os homens de boa vontade, com todos os que (consciente ou inconscientemente) acreditam e se engajam na construção de um mundo melhor, mais humano e mais respirável.

O documento de Puebla tem um capítulo especial (3ª parte, capítulo IV) sobre “Diálogo para a comunhão e participação”, que é o que toca mais de perto os problemas do Ecumenismo e do relacionamento com os não-cristãos.

Devemos lê-lo com simpatia e com espírito crítico, uma simpatia que não pode nem deve tornar-nos cegos para os defeitos e lacunas, e um espírito crítico que não pode nem deve matar em nós a simpatia pelo trabalho dos bispos de Puebla e muito menos pelo Ecumenismo, pela grande causa da unidade.

A Comissão 17 tratou do “Diálogo para a comunhão e a participação” e fruto de seu trabalho é o capítulo IV da 3ª parte. Como as demais comissões, também esta foi marcada pelo exíguo tempo disponível e pela metodologia adotada. O peso da Terceira Conferência, em Puebla, foi o trabalho das comissões, não os plenários. Infelizmente as comissões não puderam enriquecer-se com as intervenções em plenários, pois estas intervenções foram poucas, apenas nos dias 7 (o dia todo) e 8 de fevereiro (a manhã).

Daí a impressão de colcha de retalhos que oferece o documento de Puebla, apesar do esforço gigantesco da chamada “comissão de articulação” que nos últimos dias trabalhou, por assim dizer, vinte e quatro horas para remediar a falha metodológica e assim criar um documento satisfatoriamente orgânico. Isto não foi possível, como se deveria esperar e como se pode verificar na leitura do documento.

Um dos capítulos mais frágeis (me parece) é precisamente “Diálogo para a comunhão e participação”. Uma fragilidade que, como em geral, decorre do método adotado em Puebla para um espaço de tempo tão curto e decorre também de duas causas mais particulares: a composição da Comissão 17 e o lugar ainda pouco claro que as preocupações pastorais da América Latina em geral reservam ao problema do Ecumenismo e do Diálogo com os não-cristãos.

Isto já se mostrou logo inicialmente na constituição da Comissão 17: dos 180 e tantos bispos participantes da Terceira Assembléia Latino-americana apenas três se apresentaram para integrá-la. Foi preciso um apelo ao secretariado para que se achassem mais alguns bispos dispostos a trocar de comissão. E assim a Comissão 17, quando começou a funcionar, apresentava, além dos observadores não-católicos e de alguns padres e leigos católicos, apenas seus bispos.

Pouco interesse? pouca sensibilidade? marcas profundas da história de um edeclarado “continente católico”, cujos bispos ainda não conseguiram identificar-se com uma situação nova de “pluralismo religioso”? efeitos do proselitismo agressivo e difamador de grupos não-católicos, de

um lado, e da defesa também polêmica e difamadora de grupos católicos, do outro lado? falta de visão larga e generosa do Reino de Deus, a par de preservação da própria identidade confessional?

Tudo isto contribuirá em grau menor ou maior, para a relativa imaturidade do Movimento Ecumênico e do Diálogo Religioso em muitos países da América Latina e em muitas regiões de nossos países mais abertos para a causa da unidade, como é (penso eu) a situação do Brasil. Tudo isto terá contribuído fortemente para a fragilidade e ambigüidade do capítulo IV da 3ª parte.

4

Importante para o Ecumenismo — esforço de unidade entre os cristãos — e para o Diálogo entre todos os homens de boa vontade — esforço de construção de um mundo mais humano — é uma atitude profunda de amor e de respeito.

Não se trata de negar ou renegar a nossa identidade nem de tapear o interlocutor nem de disfarçar ou esconder as diferenças que nossas convicções religiosas apresentam e que foram/são ainda acentuadas de tal forma que destroem toda espécie de Ecumenismo e de diálogo.

Trata-se de acentuar o que temos de comum na fé, na esperança e no amor e, a partir de nossas convicções doutrinárias que devem ser concretizadas na vida, de descobrir métodos de trabalho em comum.

Evidentemente, como católico, como bispo católico, eu devo partir de minha Fé, como a aprendi da Igreja Católica, como a desejo ver concretizada em face da problemática e dos desafios da vida moderna: na minha Fé Católica está a motivação profunda de minha ação como pessoa humana, tanto na área estritamente religiosa como em todas as minhas atividades de cidadão e de irmão dos meus irmãos.

Mas se eu dialogo com um meu irmão que é metodista ou que é presbiteriano, ou que é luterano, etc., eu devo-me colocar da melhor maneira possível numa atitude de profundo respeito — o respeito pertence à área do amor — de profunda compreensão e simpatia, de acentuação daquilo que temos em comum, por exemplo, a Fé em Jesus Cristo, único Salvador e único Medianeiro entre Deus e os homens. Para um diálogo com o meu irmão judeu, com meu irmão maometano, com meu irmão umbandista, etc., vale a mesma coisa no que toca ao respeito, à compreensão, à simpatia, à descoberta do que temos em comum.

Nesta base é possível e frutuoso o esforço pelo Ecumenismo, pelo diálogo, pela comunhão, pela participação.

5

Tomei parte na Comissão 17 e logo nas primeiras trocas de idéias notei que a maioria dos integrantes tinham opiniões diferentes sobre Ecumenismo e Diálogo para a comunhão e participação. Parecia um querer-

não-querer, um procurar-não-procurar, um dialogar-não-dialogar, uma confiança-desconfiança – atitudes contraditórias que, me parece, prejudicaram o desenrolar dos trabalhos, e, por isso mesmo, a feitura do documento, como foi aproveitado para Capítulo IV da 3ª parte do Documento de Puebla.

Uma proposta sensata e fecunda, feita por diversas pessoas, e apresentada na terceira e última sessão plenária de intervenções (manhã de 8 de fevereiro) pela Irmã Hermengarda Alves Martins, secretária da CLAR (Conferência Latino-Americana de Religiosos) merece ser lembrada aqui (de acordo com o resumo de L'Osservatore Romano, edição portuguesa, de 08-04-79): “(A Irmã Hermengarda) falou do diálogo para a comunhão e a participação. A originalidade do diálogo ecumênico na América Latina reside no exercício de uma colaboração e participação em ações práticas, não tanto no plano teórico e doutrinal, tipo europeu, como por exemplo: defesa dos direitos humanos (individuais e coletivos), projetos educativos e promocionais, celebrações litúrgicas etc. Tudo isto como compromisso com os pobres do nosso Continente. Portanto, dever-se-ia insistir na comunhão e participação para a construção da nova sociedade, inspirada na fraternidade, na justiça e na paz”.

Lamentavelmente, a Comissão ignorou esta e outras intervenções ou sugestões ecumênicas, baseadas na realidade latino-americana.

6

Perguntamos: Puebla trouxe contribuição para o Ecumenismo? Para o diálogo?

Fiz umas considerações. Não pretendo extinguir o interesse e a responsabilidade de ninguém. Por isso acho bom que se leia o Documento de Puebla, particularmente o Capítulo IV da 3ª parte “Diálogo para a Comunhão e Participação”. Com simpatia, mas também com espírito crítico.

Se para os grupos ecumênicos mais amadurecidos, como os temos em alguns pontos do Brasil por exemplo, o documento de Puebla nada traz de novo, nada avança sobre os documentos conciliares, é fato que em grandes áreas da América Latina e ainda em algumas partes do Brasil o Ecumenismo e o Diálogo são os “enteados” ou “enjeitados” das diversas confissões religiosas. Muitos irmãos nossos, em todas as confissões religiosas, em todos os grupos religiosos, estão marcados lamentavelmente por séculos de polêmica, de intolerância, de perseguição.

Temos de lutar, de sofrer, de rezar pela unidade, no sentido da palavra do Mestre: “Que todos sejam um. Como tu, ó Pai, o és em mim e eu em ti. Eles sejam um em nós, e assim o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes dei a glória que tu me deste, para que sejam um, como nós o somos; eu neles e tu em mim, a fim de que sejam perfeitamente um, e o mundo conheça que tu me enviaste e que os amaste, como tu me amaste.” (Jo 17.21-13)

PUEBLA '79:

**UMA TENTATIVA
DE CONTRA-REFORMA?**

**(Impressões
de um protestante)**

Zwinglio M. Dias

A atitude antiecumênica e anticatólica da maioria das Igrejas Protestantes latino-americanas (atitude historicamente compreensível mas de forma alguma teologicamente justificável nos dias atuais) que considera a Igreja Católica como um bloco monolítico sem fissuras de qualquer espécie e disposta a impor a qualquer preço seus interesses institucionais sobre a sociedade civil, certamente se veria reforçada se os seus defensores tivessem um pouco mais de senso político para analisar alguns dos acontecimentos que marcaram a realização da III Conferência Episcopal Latino-americana em Puebla. E isto por uma razão muito simples: os representantes dessa Igreja poderosa, perfeitamente articulada em todos os seus níveis, com uma estratégia de dominação bem definida e preparada para impor ao povo sua versão institucionalizada do Evangelho lá estiveram atuando de forma vigorosa numa tentativa de sustar e desacreditar todos os esforços que, desde Medellin, têm sido realizados por diferentes grupos católicos no sentido de renovar a Igreja tornando-a profundamente identificada com as dores, esperanças e lutas do povo latino-americano.

Se esta tendência tivesse triunfado estariam hoje esses protestantes tranqüilos e até mesmo felizes. Seu separatismo seria justificado, suas práticas não teriam por que sofrer solução de continuidade e a tradicional razão de ser do Protestantismo, segundo esta ótica, se veria mais uma vez confirmada. Mas tal parece não ter acontecido. O intenso debate tornado público entre pelo menos duas tendências diferentes representadas na Con-

ferência, as análises divergentes de muitos bispos com respeito aos desconcertantes pronunciamentos do Papa João Paulo II e, finalmente, o Documento de Puebla revelam claramente uma profunda divisão no Catolicismo latino-americano que, no entanto, não foi capaz de desviá-lo das opções fundamentais assumidas nos últimos 10 anos desacreditando, portanto, a visão míope daqueles que só sabem olhar para o passado.

Com efeito a marcha dos grupos “reformadores” ou “protestantes” dentro do Catolicismo não foi sustada e com isto a continuidade do desafio que — a partir de Medellín — a opção pelos pobres, assumida oficialmente pela Igreja Católica, representa para as Igrejas Protestantes continua em plena vigência. Neste sentido se pode afirmar que a dinâmica gerada no interior do Catolicismo a partir do momento em que a Igreja passou a assumir os problemas do povo e este passou a dizer sua palavra no interior da Igreja, afeta diretamente a vida das Igrejas Protestantes, pelo menos daquelas com um mínimo de sensibilidade histórica, impondo-lhes uma reinterpretação não apenas de sua secular atitude de negativismo frente à Igreja Católica como também de suas práticas características frente à realidade global de nossos países.

Por outro lado a crescente articulação dos grupos conservadores dominados por uma visão eclesiológica de Cristandade e/ou Neocristandade e, portanto, preocupados unicamente com a consolidação da Instituição Católica como centro do poder, em diferentes países latino-americanos e com expressivo apoio de algumas autoridades vaticanas e de setores do Catolicismo europeu, parece-nos indicar que, por trás das declarações de intenção, dos copiosos documentos e dos juramentos de fidelidade à nova orientação assumida pela Igreja, a intensa luta político-ideológica que se vem desenvolvendo, refletindo nitidamente a polarização de interesses vigentes em nossas sociedades poderá ainda, de acordo com o desenrolar da conjuntura latino-americana, vir a reverter as expectativas e fazer correr água para o moinho dos anticatólicos e antiecumênicos. O temor de que isto ocorresse em Puebla foi muito grande. Ali, no entanto, este perigo foi neutralizado. Mas será que foi definitivamente superado?

Estas preocupações nos assaltam porque observamos que atualmente o antiecumenismo da maioria das Igrejas Protestantes alcançou uma densidade política muito grande. Sua paradoxal e muitas vezes inconsciente “aliança” com os setores católicos mais conservadores é um fato consumado, haja vista a publicação de autores católicos atacando a nova orientação da Igreja por vários órgãos da imprensa protestante. E isto não é gratuito. O conservadorismo católico presta um serviço de justificação e consolidação das posições doutrinário-ideológicas imobilistas do Protestantismo tradicional, neutralizando assim, tanto política como teologicamente, seu processo de renovação. Pois esta, nos parece, só será possível daqui por diante numa perspectiva ecumênica na medida em que os católicos e protestantes, resgatando o melhor de suas respectivas tradições, buscarem juntos ser verdadeiros cristãos numa prática comum de construção do Reino no contexto de nossas sofridas e esperançadas sociedades latino-americanas.

Será pois, desde esta perspectiva que tentaremos colher algumas impressões deste grande e denso momento na caminhada dos cristãos católicos, que foi Puebla, na busca de uma vivência eclesial cada vez mais identificada com os que hoje representam aqueles com quem o Cristo compartilhou sua mensagem e sua vida: os pobres e oprimidos de nossa América Latina.

O Papa e a Conferência

Precedida pela presença espetacular de João Paulo II em América Latina, esta Conferência foi em grande medida condicionada pelas colocações políticas e teológicas exaradas em seus múltiplos discursos e suas apoteóticas aparições públicas que sugerem ao observador protestante, entre outras coisas, terem sido parte de uma bem montada estratégia para, senão impedir, pelo menos restringir os esforços de renovação do Catolicismo latino-americano nascidos de suas expressões mais populares e fomentados por eminentes membros da hierarquia católica profundamente sensibilizados pelas exigências evangélicas de uma Igreja descompromissada com os poderes deste mundo e essencialmente identificada com os pobres, enfermos, presos e oprimidos que são maioria em nosso Continente (Lc 4. 18-19). Esta renovação teológica e eclesiológica, que foi tomando corpo em diferentes regiões da Igreja e do Continente, propiciando aos setores oprimidos de nossas sociedades e àqueles com eles identificados um espaço de manifestação e articulação popular dentro das fronteiras da Igreja, gerou um processo de profundas modificações na vida eclesial do Catolicismo latino-americano. Este processo que pode ser caracterizado, a nível prático pelo surgimento e desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base em todo o Continente e, a nível teórico, como consequência do primeiro, pela articulação e amadurecimento de uma nova expressão de reflexão teológica conhecida como Teologia da Libertação, significou na verdade uma transformação qualitativa da Igreja Católica questionando sua função institucional tradicional e exigindo uma redefinição de sua função histórica no contexto atual da América Latina.

Pois bem, os esforços envidados para orientar as manifestações do Papa e controlar os resultados da Conferência de Puebla no sentido de reafirmar o poder da instituição religiosa e reconduzi-la a sua função tradicional de modo a "salvá-la" da transformação, implícita necessariamente em suas opções a partir de Medellín, e explicitada concretamente na prática recriadora da Igreja, especialmente através de suas comunidades populares, criaram o clima conflictual que caracterizou a Conferência. Os setores representativos da Igreja-instituição assumiram desde o princípio os trabalhos de preparação da Conferência. Através dos documentos preparatórios (conhecidos como Documento de Consulta e Documento de Trabalho) estabeleceram a prioridade dos temas a serem discutidos pelos bispos numa linha totalmente diferente da assumida pela Igreja como resultado da Conferência de Medellín. Deste esforço preparatório, assim como da Conferên-

cia, foram excluídos todos os representantes do pensamento católico renovado. Mas, uma vez reunidos os Bispos, esta estratégia foi desarticulada e um temário eminentemente pastoral foi elaborado do qual resultou o Documento final de Puebla. Este não supera as colocações fundamentais de Medellín mas significou basicamente um aval para aquelas opções confirmando as experiências já realizadas no campo da Pastoral Popular. Alcançar isto significou no entanto uma ingente luta política por parte dos bispos identificados com a sorte da maioria dos latino-americanos que conseguiram superar as dificuldades impostas pelo setor conservador-institucionalista.

Este fato empresta talvez ao Documento final de Puebla uma significação mais profunda se comparado às decisões de Medellín. É sabido que os textos da II Conferência do Episcopado foram formulados num ambiente de relativa concordância geral e somente se tornaram polêmicos algum tempo depois de realizada a mesma, quando setores da Igreja passaram a assumir em suas práticas concretas as opções neles formuladas e que tiveram profundas repercussões nas relações entre a Igreja e os Estados latino-americanos. Neste sentido pode-se dizer que, em última análise, Puebla representa um avanço em relação a Medellín, pois foi formulado numa situação muito distinta. Ali se confrontaram duas posições bem definidas com respeito ao papel da Igreja em nossas sociedades. Posições estas oriundas das opções assumidas pelos bispos na prática cotidiana de suas dioceses e relativas ao posicionamento oficial da Igreja estabelecido em Medellín. Que Puebla tenha reafirmado as opções básicas determinadas então através de um chamamento a um aprofundamento de uma linha pastoral voltada decididamente para a libertação do homem latino-americano e consagrada pela enfática divisão “opção preferencial pelos pobres” revela o profundo significado da nova expressão do Catolicismo que começou a se impor nos últimos dez anos em todos os rincões de nosso Continente e que os defensores da Igreja de Cristandade não conseguiram abafar, apesar de todos os seus esforços.

A grande ausência

Mas Puebla infelizmente ficou aquém de Medellín no que se refere à cooperação ecumênica no Continente. O que decepcionou e continua preocupando os setores protestantes que buscam uma identificação de suas Igrejas com a problemática sócio-histórica do homem latino-americano foi a ausência de uma dimensão ecumênica mais expressiva seja nos discursos de João Paulo II seja no Documento Final produzido pelos Bispos.

Em todos os seus pronunciamentos, mas especialmente em seu discurso mariológico na catedral de Guadalupe, João Paulo II ignorou os “irmãos separados” da América Latina. Falando aos fiéis devotos da “Indita” deixou de lado as colocações mais liberalizantes feitas pelo Vaticano II que representaram uma certa colocação da figura de Maria em favor de uma maior densidade cristológica na teologia católica assumindo a linha mario-

lógica tradicional do Catolicismo latino-americano. Por outro lado o Documento dos bispos ao tratar do tema no capítulo IV de sua parte terceira, se limita a reafirmar as posições da Igreja consubstanciadas na encíclica *Unitatis Reintegratio* sem avançar sobre o já alcançado até agora no esforço ecumênico latino-americano.

Uma tentativa de explicação para esta ausência de um compromisso ecumênico mais decisivo e conseqüente com a experiência acumulada até aqui nos é sugerida pela observação de duas orientações básicas que a nosso ver determinaram o desenrolar do evento Puebla como um todo.

A primeira tem que ver com o esforço por salvar a imagem da Igreja como instituição de poder social articulado pelos setores sabidamente conservadores em aliança com os grupos que advogam uma modernização da Igreja para adequá-la às novas circunstâncias geradas pelos atuais processos de ordenamento sócio-político de nossas sociedades exigidos pelo atual estágio do capitalismo, e de que forma alguma poderiam contemporizar com as forças religiosas dissidentes ou anti-institucionalizantes profundamente identificadas com as aspirações populares e, portanto, mais abertas a uma vivência ecumênica mais intensa. Neste sentido a viagem do Papa parece-nos ter sido instrumentalizada de modo a funcionar como elemento catalisador e restaurador de uma religiosidade de massas através da reafirmação de sua figura tradicional de Chefe da Igreja vigente no Catolicismo tradicional latino-americano. Ou seja, tratou-se de recuperar uma dimensão alienada do Catolicismo tradicional hoje ameaçada pelo avanço de uma nova consciência eclesial mais interessada na formação do Povo de Deus que na promoção e satisfação primária das tradicionais "massas católicas" do Continente que foram sempre um dos pilares da força institucional do Catolicismo. Neste contexto as declarações do Papa em favor dos direitos humanos, contra a exploração do homem pelo homem, contra a corrupção institucionalizada, sua denúncia de um sistema onde poucos têm muito e muitos quase nada, sua referência aos camponeses sem terra, aos operários defraudados em seus direitos, etc, foram ultrapassadas pelas ênfases mais fortes que imprimiu na salvaguarda dos interesses da Igreja Institucional ao reiterar repetidas vezes seu chamamento aos cristãos de fidelidade à Igreja, de obediência ao Papado, à Virgem e a Cristo, bem na linha tradicional de Pio XII. . . Nesta perspectiva falar ecumenicamente seria um contrassenso. . .

A outra linha de orientação está referida à tentativa de recuperação de uma visão católico-cristã da problemática sócio-política de caráter terceirista já provada e fracassada na América Latina. A ausência de críticas diretas aos regimes vigentes que têm perseguido a própria Igreja e o esforço por apresentar a esta pairando acima das alternativas políticas existentes hoje em nosso Continente dá-nos a impressão de que se procuravam criar condições para a recomposição das relações entre a Igreja e o Estado dentro de um projeto amplo de reordenamento político das nossas sociedades e que se anunciam já em vários países latino-americanos sob a forma de abertura política, democracia relativa, social-democracia, etc. e no qual

a Igreja-instituição exerceria papel relevante. Falar de ecumenismo desde esta perspectiva significa advogar esforços ecumênicos a nível institucional, como faz o Documento de Puebla, sendo aliás esta a única forma de manifestação ecumênica permitida por muitos bispos. Assim é claro que o ecumenismo que está surgindo nas bases populares teria que ser ignorado. . .

Balanço

Que fique claro que não estamos apresentando uma análise mas sim tentando recolher algumas impressões, as mais fortes, que nos sensibilizaram do visto, lido e ouvido sobre Puebla. Esta Conferência anunciou um vendaval que felizmente não se produziu. As mudanças radicais desejadas e planeadas pelos setores institucionalistas da Igreja não prosperaram. É verdade que a reação destes setores à prática da Pastoral Popular, em sentido amplo, vai ocasionar maiores tensões e impasses no interior da Igreja como um todo, como assinalou D. Leonidas Proaño em entrevista publicadas nestas páginas. Mas a anunciada “Contra-reforma” não chegou a ser tal. Seu ensaio porém serviu para revelar algumas coisas muito importantes e muito sérias a serem consideradas pelos protestantes e por todos aqueles que, dominados por uma perspectiva de fé, estão engajados na luta pela construção do “Reino destinado primeiramente aos pobres” no contexto de nossa realidade latino-americana:

1) A Igreja Católica do Continente se encontra em pleno processo de mudança qualitativa o qual a cindiu em pelo menos três tendências distintas que, no entanto, até agora têm sido capazes de manter um equilíbrio de poder em seu interior: a Igreja Conservadora, tradicional, nostálgica do passado, triunfalista e desejosa de repeti-lo nas circunstâncias atuais; a Igreja Modernizante que se empenha numa adaptação da estrutura eclesial e das formas de vivência eclesial às necessidades impostas pelas estruturas capitalistas emergentes conservando seu papel ideológico tradicional; a Igreja Popular ou a “Igreja que está nascendo do povo sob a inspiração do Espírito”, identificada com as necessidades e aspirações populares, mais preocupada com a vivência concreta e eficaz do Evangelho do que com a sobrevivência das formas institucionalizadas até agora vigentes.

2) As conquistas desta Igreja popular se mostraram irreversíveis porque foram conquistas do povo. Algo nasceu no seio do Catolicismo latino-americano com a força dos frutos do Espírito. A presença dos pobres na Igreja, sendo e fazendo a Igreja na sua manifestação mais concreta, nos aponta, sem dúvida, para a ressurreição da comunidade da fé do meio de um Corpus Christianum em desintegração.

3) As Igrejas Protestantes continuam desafiadas a responder de forma criativa e fraterna a mais esta manifestação do Espírito em

nossa história latino-americana. De sua abertura para um contacto mais profundo e intenso com estas novas e surpreendentes experiências eclesiológicas do Catolicismo — prática ecumênica — dependerá em grande parte a legitimidade de sua existência eclesial no contexto latino-americano como mais uma expressão da “multiforme graça de Deus”.

4) A “Contra-reforma” não se realizou, mas isto não significa que seu espírito tenha sido exorcizado. Fica-nos a impressão depois de Puebla, que a Igreja Católica como um todo ingressa num período muito delicado de sua existência no Continente. A tensão gerada entre as exigências do ministério profético por um lado e as tenazes resistências a ele opostas pelas tendências estabilizadoras do institucionalismo não se resolverão facilmente. Aliás a superação das mesmas não se dará primariamente no interior da Igreja, isto é, não dependerá dos cálculos políticos e das decisões dos grupos contendo-res, mas dependerá fundamentalmente do avanço ou retrocesso das lutas populares em nossas sociedades. . .

"EU CREIO NA FORÇA DO ESPÍRITO"

**Entrevista com Monsenhor Leonidas Proaño,
Bispo de Riobamba, Equador**

Fala tranqüila e serena daqueles que têm passado pela grande provação, mas estão conscientes do futuro que Deus lhes oferece como presente nas mãos. Uma aceitação segura da missão pastoral em que se vê engajado. Quando conversava conosco, numa residência de amigos na Cidade do México (preparava-se para ir a Puebla), sua fala era, ao mesmo tempo narrativa, profética e devocional, tinha o tom de quem orava e nos enredava num clima que era Tabor e Cruz.

Monsenhor Leonidas Proaño há 25 anos (desde 1954) é bispo da Diocese de Riobamba, Província de Chimborazo, Equador. Equatoriano (cidade de Santo Antônio, Imbaburra), 69 anos de idade, fez seus estudos a partir de sua cidade natal até Filosofia e Teologia em Quito. Pertence ao clero secular. Somente quando bispo é que viajou ao estrangeiro.

Como sacerdote, foi professor, trabalhou com a Ação Católica, fundou, juntamente com outros a Sociedade Carlé (este fundador da Juventude Operária Católica), uma gráfica e um jornal que até hoje sobrevive.

Como bispo, foi membro delegado do CELAM e presidente do Departamento de Pastoral de Conjunto. Em seu tempo nasceu o Instituto de Pastoral Latino-americano. Posteriormente teve a seu cargo a Comissão de Evangelização e Catequese.

No seu trabalho episcopal, tem a colaboração de 40 sacerdotes, alguns religiosos e leigos, num total de cerca de 100 pessoas.

A diocese de Riobamba – contexto sócio-histórico

CEDI – Mons. Proaño, para começar esta entrevista gostaríamos que o senhor descrevesse, ainda que rapidamente, a realidade equatoriana, especificamente o contexto sócio-histórico da diocese de Riobamba que, graças ao seu trabalho, é hoje um ponto de referência obrigatório para quem se interessa pela Igreja Católica latino-americana.

M. Proaño – A jurisdição territorial da Diocese compreende o mesmo território da Província. Trata-se da Província de Chimborazo. A realidade da Diocese de Riobamba pode ser assim descrita em termos gerais: Como território temos cerca de 7.000 km² de zona montanhosa. A cidade de Riobamba está ao pé do monte nevado chamado precisamente de Chimborazo que tem uma altura de 6.310 ms. sobre o nível do mar. A cidade está a 2.700 ms. A população está distribuída desde os 3.500 ms até os 300 ms. Ou seja, desce e sobe, pois como disse, trata-se de uma região montanhosa. A província (ou a diocese) possui cerca de 400 mil habitantes. A população urbana é escassa contando uns 18% do total. Os demais 82% formam uma população essencialmente rural. Nesta o contingente mais importante está composto quanto a número por indígenas. Há cerca de 220 a 230 mil indígenas puros que vivem nessa província. A situação desta população tem sido a seguinte: há uma forte percentagem de analfabetismo por causa do descuido com que os indígenas têm sido tratados; praticamente não têm havido escolas para eles, embora a situação esteja mudando nos últimos anos; vivem numa situação econômica deplorável porque vivem, quase que se pode dizer, como escravos nas fazendas, pois eram tratados como elementos, como instrumentos de propriedade das fazendas, como objetos. Isto por causa do sistema de *huasipungo* como era chamado e que foi estabelecido há muito tempo (no período colonial) e que consistia em que uma família, e portanto todas as famílias, que trabalhavam numa fazenda recebessem como remuneração por seu trabalho 2 ou 3 hectares de terra de má qualidade para que a trabalhassem e tirassem dali o seu sustento. Tinham também direito à lenha, ao uso da água, à utilização dos caminhos e ao pastoreio de um pequeno rebanho de ovelhas e, às vezes, também de gado vacum. Na sua terra (esses 2 ou 3 hectares) só podiam trabalhar um dia por semana, pois os outros cinco dias deveriam ser dedicados aos trabalhos da fazenda. Como não podiam extrair o necessário para sua vida em virtude da escassez de terra e de tempo para trabalhá-la em certa época do ano tinham que acorrer ao patrão em busca do que chamavam “el suplido” (o suprimento). Recebiam então alimentos, mas tinham que pagar este empréstimo em dias de trabalho.

O absurdo deste sistema está em que tendo já que dedicar 5 dias da semana para a fazenda nunca podiam pagar a dívida em dias de trabalho e ficavam assim vendidos por gerações, pois a dívida passava de pai para filho e netos. Uma situação realmente escravizante.

Como consequência deste sistema a situação noutros aspectos também era e continua sendo lamentável. Não tinham acesso à vida social e

eram marginalizados e desprezados de mil maneiras. Muitas vezes eram até fisicamente maltratados.

Do ponto de vista cultural, como já salientei, havia uma porcentagem muito alta de analfabetismo. Do ponto de vista religioso eram também marginalizados em boa parte somente sendo atendidos uma que outra vez e isso apenas por ocasião da celebração de festas.

Do ponto de vista político não podiam ter nenhuma participação na vida política porque, de acordo com a Constituição que até há pouco tempo esteve vigente no Equador, não podiam votar nem ser cidadãos os que não sabiam ler nem escrever. É pois uma situação, em linhas gerais, muito triste. Do ponto de vista psicológico e, como conseqüência de tudo isso o indígena se tornou um homem tímido, desconfiado, conformista, fatalista, resignado à sua situação uma vez que não tinha mais nenhuma esperança.

Quando cheguei à Diocese e comecei a visitar as comunidades indígenas era para mim deprimente encontrá-los vivendo numa miséria tão grande e que, no entanto, às perguntas que lhes fazia, se tinham alguma necessidade, respondiam que não. Não sentiam nenhuma necessidade. Na mais pura miséria não viam que tivessem alguma necessidade. Esta tem sido a situação.

Acomodação e participação política

CEDI — *Gostaríamos de insistir num ponto importante mencionado pelo senhor. A que se deve a indiferença ou acomodação do povo com respeito à miséria em que vivem?*

M. Proaño — Eu creio que é o resultado de séculos de opressão a que esteve submetido, e por isso olham a vida com fatalidade. Se já não tinham esperança se conformam. Vivem por viver apenas.

CEDI — *A descrição que o senhor fez da situação geral da Diocese de Riobamba pode ser aplicada à situação geral do país, ou há diferenças notáveis entre ambas?*

M. Proaño — Bem, eu creio que tem suas diferenças. Como já disse, procedo de outra província que fica ao norte de Quito e que também possui numerosos indígenas. Mas a situação dos indígenas de um modo geral — há naturalmente algumas exceções — é totalmente distinta. Isto é, o indígena está mais promovido, tem suas pequenas propriedades, são artistas enquanto a tecidos, pois tecem até casemiras em seus próprios teares, viajam muito, cultivam a música, a canção, enfim, trata-se de uma diferença notável. Talvez se pudesse dizer que uma situação parecida à de Chimborazo se encontra na província de Cotopaxi. Nas demais províncias o nível é totalmente outro, superior. Penso que a situação do indígena é pior em Chimborazo, embora pouco a pouco eles vão saindo para outra melhor.

CEDI — *O senhor pode dar um panorama geral da situação política equatoriana para nossos leitores?*

M. Proaño — Bem, no Equador nós temos uma ditadura militar desde o ano de 1972 até agora. Têm havido mudanças mas apenas entre os militares. Estamos atualmente no meio de um processo de volta ao Estado constitucional. Realizou-se primeiro um referendun popular para que o povo elegesse entre dois projetos de Constituição. Depois se realizaram eleições para Presidente e Vice-presidente da República. Mas de acordo com a nova lei o vencedor deveria obter a maioria absoluta dos votos para ser considerado vencedor. Como o escolhido não alcançou esta maioria estamos nos preparando para uma nova eleição que se realizará em abril entre os dois mais votados. Ao mesmo tempo há muito temor no povo de que a qualquer momento se produza um novo golpe militar e que a ditadura continue.

CEDI — *Neste processo eleitoral se pode observar algum progresso dos grupos de oposição?*

M. Proaño — Quanto a isto é preciso observar que houve uma proliferação espantosa de partidos políticos. Tanto os de tendência socialista como os demais se dividiram de forma espantosa. Neste sentido eu diria que não houve progresso mas regressão. Foram reconhecidos legalmente, isto é, cumpriram certas condições estabelecidas por um decreto do governo militar, 13 partidos políticos para um país de 7 milhões de habitantes. Isto me parece excessivo. Razão porque penso que não houve progresso pois continuam os conchavos, as alianças e as artimanhas tradicionais, às vezes bastante absurdas e alimentadas somente pelo desejo de ganhar as eleições, não havendo decisões claras nem programas objetivos. De modo que não vejo progresso de nenhum partido.

Trabalho pastoral e despertarmento

CEDI — *Qual tem sido o resultado em termos políticos desse trabalho pastoral de despertarmento dos indígenas dentro da sua diocese?*

M. Proaño — Há resultados positivos. Para se compreender bem isso é necessário tomar em conta que há uma sobrevivência de organização política entre os indígenas existente desde antes da conquista dos territórios que hoje compõem o Equador por parte dos incas. Uma organização conhecida pelo nome de *ayllo*. Era uma organização de tipo familiar que compreendia uma grande família ocupando um determinado território. Vamos chamá-la de tribo, onde se tinha estabelecido uma vida comunitária admirável e que se expressava de diversas maneiras. Este tipo de organização sobrevive até hoje. Os espanhóis lhe deram outros nomes, pois ao *ayllo* lhe chamaram *comuna* e a seus dirigentes *cabildo*. Mas no fundo continua sendo a mesma organização. O governo do Equador há muitos anos reconheceu esta organização que tem, por isso mesmo, a possibilidade de alcançar personalidade jurídica.

Um dos aspectos de nosso trabalho tem sido, de acordo com a lei, o de fomentar a organização de *comunidades* indígenas. Posteriormente os próprios indígenas perceberam a necessidade de constituir em alguns lu-

gares — não em todas as partes por enquanto — federações de *comunhas* para unirem-se mais e ter mais força na reivindicação dos seus direitos. Temos trabalhado também no sentido de promover a união de comunidades que não têm tido as características de *comunhas*, de modo a levá-las a lutar juntas por objetivos concretos. Estou pensando, por exemplo, nas federações ou consórcios de comunidades que se têm unido para conseguir água. Tanto água para irrigação como água potável. Algumas estão há anos nesta luta e já têm conseguido bons resultados.

Por outro lado, tem surgido o desejo de constituir um movimento de camponeses de tipo nacional que ainda não alcançou uma organização satisfatória por culpa, penso eu, das interferências de diversos partidos políticos que desejam manipulá-los desorientando-os e confundindo-os. Mas o desejo de criar esse movimento permanece. Pode ser que lhe mudem o nome e até mesmo seu conteúdo, buscando objetivos quiçá mais concretos, pois alguma coisa neste sentido tenho ouvido ultimamente dos camponeses. Mas que existe alguma coisa que está querendo nascer a nível nacional, isto é fora de dúvida.

CEDI — *Atualmente, com o trabalho que os grupos cristãos tem desenvolvido entre os indígenas, pode-se falar de que estejam se despertando para a realidade?*

M. Proaño — Sim. Foi um trabalho duro, longo, difícil e tenaz. Mas devo ressaltar que não seria justo atribuir somente a nós este despertar dos indígenas. O trabalho de outras organizações também foi importante. Com algumas delas colaboramos estreitamente nos anos anteriores. Creio que seria justo mencionar que, desde 1956 quando se começaram as primeiras tentativas e de modo bastante prático desde 1958, começou seu trabalho uma organização dependente da O.I.T. (Organização Internacional do Trabalho) denominada Missão da Amizade. Através desta organização, técnicos e técnicas estrangeiros começaram a trabalhar com os indígenas. Colaboramos com eles durante muitos anos e muito contribuíram eles para esse despertar dos indígenas. Voltando à sua pergunta creio que posso dizer que hoje é outra a situação do indígena. Agora começam a surgir aspirações. Nos últimos anos há um despertar para a conquista, digamos, de um nível mais alto de educação. Ao redor de 170 jovens indígenas estão estudando em colégios secundários e uns poucos já alcançaram a Universidade. Isto é já um sintoma de que existe um despertar no sentido de se prepararem para buscar as respostas aos seus próprios problemas. O perigo que muitos vêem, e para o qual estamos atentos, é o de serem absorvidos pela sociedade e assim, esquecerem-se de suas comunidades. — Ou, noutras palavras, de seu estrato social. Para fazer frente a isto tratamos de organizá-los através de reuniões com eles onde se discute e se procura levá-los a pensar como devem prosseguir de modo a prestarem uma ajuda efetiva à suas comunidades. Mas há muitos sintomas de que se tem conseguido já um despertar da consciência indígena com respeito a sua própria identidade, problemas, etc.

Resistência e perseguição

CEDI – *Em todo esse tempo e com o desenvolvimento do trabalho qual tem sido o comportamento dos grupos poderosos da sociedade com respeito ao mesmo?*

M. Proaño – Temos tido sérios conflitos, às vezes inclusive com matanças. Contamos pois, já, não com muitos, mas enfim, com alguns mártires neste processo. Camponeses a quem a polícia assassinou, a outros prendeu e a outros feriu. Juntamente com eles foram encarcerados membros das equipes de pastoral, sacerdotes. Enfim, temos tido conflitos diversos, ameaças, acusações falsas, campanhas de descrédito na imprensa, denúncias ante o governo, expulsão de sacerdotes, denúncias através da Nunciatura ante a Santa Sé, etc. Eu mesmo já recebi uma visita apostólica porque as denúncias que haviam chegado a Roma eram graves, ainda que falsas. Enfim, foram muitas as reações como resultado do trabalho de promoção dos indígenas, dos pobres.

CEDI – *Ainda nesta linha, que repercussão posterior, no trabalho e em geral dentro da Igreja Católica, teve o famoso acontecimento da prisão dos 17 Bispos Latino-Americanos que se reuniram em 1976 em Riobamba?*

M. Proaño – Para o trabalho não teve repercussão maior. Continuamos como sempre vínhamos fazendo. Enquanto a atitudes para com o mesmo, creio que estes acontecimentos nos fortaleceram. Diria mesmo que estes foram vantajosos, vantajosíssimos se os olhamos do ponto de vista do Evangelho. Tratava-se de uma reunião particular, amistosa, privada. Se tivessem deixado que ela transcorresse normalmente não teria tido nenhuma repercussão pública. Ali estávamos comprometendo-nos num intercâmbio de experiências pastorais que realizáramos e buscávamos formas de trabalho para continuar nosso esforço. Mas eram compromissos a nível privado. Por isso o fato de nos terem detido e impedido nossa reunião produziu uma repercussão tão grande que eu creio que o nome de Jesus Cristo e o Evangelho repercutiram na América Latina, na Europa e em muitos países. Eu fui posteriormente convidado para muitas conferências e não me foi possível atender a todos os convites. Dentro do Equador fui convidado para falar nas Universidades de Quito e Guayaquil, tanto nas estatais de Guayaquil como na Católica de Quito. Assinalo este fato porque no Equador temos como lei o laicismo. Não se pode falar de Deus nem ministrar qualquer tipo de ensino religioso em colégios e universidades do Estado. Apesar disso fui convidado pelos jovens estudantes das universidades estatais e lhes falei abertamente de Cristo, dos Evangelhos, dos planos de Deus. Em função daqueles acontecimentos o Evangelho foi proclamado, então, isso foi uma vantagem, não?

Comunidades Eclesiais de Base, companheirismo e recursos

CEDI – *Como o senhor sabe, nós viemos do Brasil onde as Comunidades Eclesiais de Base se desenvolveram muito e hoje constituem um fato novo*

na vida da Igreja Católica brasileira. Este mesmo fenômeno se pode observar também na Igreja equatoriana?

M. Proaño — Sim, nós também temos Comunidades Eclesiais de Base. Não tão numerosas como talvez se possa pensar. Calculo, com base nos dados levantados através das equipes de pastoral, que há ao redor de umas 260 CEBs em minha diocese. Como responsável destas CEBs — e aqui também me baseio em dados recolhidos pelas equipes de Pastoral faltando apenas os de uma região — temos cerca de umas 340 pessoas. Gente que se responsabiliza realmente pela marcha da comunidade, independentemente de qualquer ação e presença constante dos agentes de pastoral. Isto é, por sua própria conta.

CEDI — *E como se desenvolve, em termos gerais, o trabalho destas comunidades?*

M. Proaño — As comunidades se reúnem uma vez por semana, normalmente, em dia e hora escolhidos por seus próprios integrantes. Na linha de trabalho da Diocese realizam suas reuniões com o Evangelho na mão tratando, ao mesmo tempo, de ir descobrindo a realidade em que vivem de modo que o Evangelho possa ser a luz que inspire as respostas que se tem que dar à problemática que vão descortinando. Não se trata de que o Evangelho dê receitas ou soluções, mas que seja inspiração, luz e força para poder enfrentar os problemas que eles vivem. E enfrentá-los com um estilo cristão. Por isso é que se reúnem reflexionando com a Palavra de Deus, detectam e relatam os problemas existentes e como já existem compromissos de ação informam do que já têm feito, do que têm deixado de realizar, do por quê de uma coisa fracassar, por que outra ação teve êxito, e assim por diante. São reuniões em que se reflexiona para a ação. Esta é a maneira de funcionar. Não se pode dizer que tenham uma organização rígida. Ao contrário são bastante simples. A mesma comunidade elege seus responsáveis que podem ser um, dois ou três, tudo de acordo com as necessidades e as possibilidades. Pois se trata de comunidades indígenas e muitas vezes os homens têm que deixar suas famílias para ir trabalhar fora, de modo a poder sustentá-las economicamente. Por isso são obrigados a se revezarem na direção das CEBs. Assim às vezes se dá o caso de um responsável permanecer na comunidade enquanto o outro vai procurar trabalho. Quando este regressa assume a responsabilidade da comunidade e o outro sai em busca de trabalho. Trata-se pois de uma organização muito simples. Eles mesmos repartem entre si as tarefas. Quando se reúnem, escolhem um para fazer a leitura da Bíblia e dirigir a reflexão que é de todos. Nomeiam comissões para a realização de determinadas ações, etc. Tudo se passa em meio a um grande diálogo entre eles.

CEDI — *No contexto latino-americano e em relação aos seus colegas de Episcopado como se posiciona seu trabalho? Há boas relações? Há ajudas?*

M. Proaño — Bem, com relação a meus colegas de episcopado tem havido altos e baixos. Tem havido divergências de opinião, de interpretação, mas

ruptura mesmo não se produziu até agora. Creio, no entanto, que é normal haver divergências. Atualmente as reações são fraternas e cordiais. Há bispos que olham com muita simpatia o trabalho que estamos realizando na Diocese de Riobamba. Inclusive devo acrescentar que desde a casa onde os bispos foram presos — uma casa destinada a reuniões e que se chama Casa de Santa Cruz — tem havido grandes influências, pois quase que não há diocese do país que não tenha grupos de sacerdotes e agentes de pastoral em geral que não tenham passado por lá. Assim, não posso me queixar de que tenha existido ou exista uma atitude de ruptura, de hostilidade, ou uma atitude totalmente negativa por parte de meus irmãos do episcopado. Definitivamente isto nunca ocorreu.

CEDI — De onde procedem os recursos para o financiamento do trabalho de sua diocese?

M. Proaño — No começo tivemos a ajuda de organizações católicas estrangeiras. Ainda agora recebemos alguma ajuda. Mas nosso esforço vai no sentido da promoção do auto-financiamento. Ainda sentimos a necessidade de alguma ajuda externa e a recebemos. Mas estamos fazendo ingentes esforços para nos libertarmos deste tipo de dependência. Em muitos casos as comunidades camponesas vão adquirindo terras e criando pequenas oficinas procurando sua auto-manutenção. Por sua própria conta e sem nossa insinuação às vezes se sacrificam vendendo parte de seus parques rebanhos para poderem assim, ajudarem-se comunitariamente e ir em frente com seus projetos, de modo que neste esforço nos encontramos atualmente.

A Conferência Episcopal e o Papa

CEDI — Olhando para a situação atual da Igreja Católica latino-americana como o senhor está vendo estes momentos finais de preparação que dentro em pouco nos conduzirão à Conferência de Puebla?

M. Proaño — Creio que, se olhamos as coisas de um ponto de vista meramente humano, a reunião de Puebla não é muito esperançosa. Parece-me que se têm tomado muitas medidas, se têm feito muitos preparativos encaminhados para a obtenção de alguns resultados preconcebidos. Visto desta forma, do ponto de vista humano, isto não nos dá muitas esperanças.

Mas eu creio na força do Espírito, e creio que Cristo se fará sentir, se fará presente de alguma maneira, insuspeita para nós, e que podemos esperar, portanto, que a Conferência de Puebla seja uma resposta às expectativas do povo. Por outro lado, penso que o trabalho já realizado em diversos países de América Latina depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín não pode retroceder, isto é, não pode morrer. Creio que se trata de algo irreversível, que continuará. Se sair um documento negativo desta 3ª Conferência do Episcopado Latino-americano, não conseguirá matar a força, a vida que já nasceu. Se correrá o perigo, isto sim, de haver maiores tensões no interior da Igreja. Este perigo sim, eu vejo. Mas espero que de Puebla saia algo que seja satisfatório.

CEDI – *Como vê o senhor o novo Papa que agora inicia seu pontificado e que neste momento visita o México?*

M. Proaño – Minha visão é a seguinte: primeiramente digo que o Papa ao proceder de um país dominado pelo comunismo dá uma esperança muito grande – e os fatos estão confirmando isso com a visita que recebeu há pouco de Gromiko – de relações mais abertas com os países comunistas. Desde este ponto de vista me parece que pode haver muitas esperanças.

Agora, do ponto de vista de nosso continente, por esse mesmo fato de proceder da Polônia, creio que o Papa está muito pouco informado acerca da nossa realidade. E partindo destas observações prévias penso que, de um certo modo pode ser muito útil a sua visita ao México, sobretudo pelo fato de ir visitar cidades como Oaxaca, Guadalajara e creio que também Monterrey, porque de acordo com o que tem sido publicado ele vai ter contactos com camponeses, trabalhadores e isso pode dar-lhe já alguns elementos para conhecer a nossa realidade.

Por outro lado, no entanto, há o temor, que comparto, e que se tem manifestado por aqui, de que o Papa seja conduzido de tal maneira que não possa ver as coisas como realmente são. De modo que, por um lado, sim, há muitas esperanças e, por outro, o temor de que não se lhe deixe ver as coisas. Mas eu creio que o contacto que vamos ter com ele, os bispos, no dia 28, depois da cerimônia de inauguração da Conferência*, também será uma ocasião em que lhe poderemos falar acerca do real contexto no qual está se movendo o povo latino-americano e, deste modo, dar-lhe alguns primeiros conhecimentos ou impressões, de que vivemos num mundo diferente do mundo do qual ele procede e diferente inclusive da Europa em geral.

Assim há uma porcentagem de esperanças positivas e uma porcentagem de perigos no sentido de que não se lhe deixe ver as coisas tais como realmente se dão por aqui.

Movimento ecumênico, publicações e Brasil

CEDI – *Como o senhor vê a marcha do Movimento Ecumênico e qual é atitude das Igrejas Protestantes em Equador com respeito ao trabalho que o senhor lidera?*

M. Proaño – Em Equador se têm realizado esforços ecumênicos com as igrejas protestantes. Eu mesmo tenho participado de reuniões com a Igreja Luterana. Particpei, por exemplo, de uma reunião de caráter latino-americano, passando um dia inteiro com eles e me senti muito bem com esses irmãos. Mas devo acrescentar, por outro lado, que não é possível o ecumenismo com as seitas protestantes norte-americanas. Pareceria que tivessem como intenção evitar por todos os meios qualquer contacto com os católi-

*Esta reunião dos bispos, separados por regiões do Continente com o Papa a que se refere M. Proaño, não chegou a se realizar em virtude da sobrecarregada agenda do Papa no dia de inauguração da Conferência.

cos. Eu já tentei, diversas vezes e por diferentes caminhos, dialogar com seus representantes e não foi possível. Além disso, sua atitude é basicamente hostil e desviacionista. Pregam um Evangelho muito desencarnado da realidade, conformista, de modo que acho que o trabalho que elas realizam muito pigrioso.

CEDI – *Esse tipo de trabalho desenvolvido pelas seitas, é muito difundido entre os indígenas?*

M. Proaño – Sim, está muito difundido. É como se se tivesse proposto realizar uma grande campanha entre os indígenas e que eu qualifico de invasão. Trata-se de algo verdadeiramente desconcertante, pois dão-se casos de comunidades indígenas que deram sua adesão num dado momento a uma seita, passou um ano e chegam outros confundindo-as, reclamando também sua adesão a eles. Houve casos de comunidades indígenas que se fizeram batizar até três vezes, estabelecendo-se uma confusão espantosa entre seus membros.

CEDI – *Quais são os grupos protestantes mais fortes em sua diocese?*

M. Proaño – Na Diocese de Riobamba as seitas mais fortes são os chamados Evangélicos, os Quadrangulares (grupo pentecostal), os Pentecostais em geral, os Mórmons e as Testemunhas de Jeová que, embora não sendo protestantes atuam ali com muito fanatismo e por isso as menciono. Batistas e Presbiterianos não existem por ali. Estudantes da Universidade de Quito fizeram uma investigação sobre esses grupos e na publicação (a mimeógrafo) que produziram depois, afirmam que em todo o Equador atuam ao redor de 80 seitas norte-americanas.

CEDI – *O senhor recebe nossas publicações?*

M. Proaño – Em português não. Do ponto de vista ecumênico recebo apenas as publicações de Tierra Nueva, como a revista Cristianismo y Sociedad.

CEDI – *Que publicações existem em sua diocese?*

M. Proaño – Temos um jornal que não é da Igreja, mas da cidade e que se chama El Espectador; escolas radiofônicas populares que produzem uma publicação mensal a mimeógrafo de umas 12 a 16 páginas e destinada à orientação dos camponeses. Eu mesmo mantenho um programa radiofônico semanal que não é somente irradiado mas que sai publicado a mimeógrafo e constitui um veículo de diálogo com grupos que se reúnem sobretudo nas cercanias da cidade. Estas são as únicas publicações de que dispomos.

CEDI – *Agradecidos de sua atenção e paciência lhe fazemos uma última pergunta: tem o senhor alguma mensagem especial para o nosso público brasileiro?*

M. Proaño – Eu olho com muita simpatia o povo brasileiro. Já tive a oportunidade de estar no Brasil algumas vezes e conhecer como é o seu povo.

Tive também a oportunidade de conviver, durante uma das sessões do Concílio com um bom número de bispos brasileiros, conhecer então seu espírito alegre, otimista, suas iniciativas. O otimismo que imprimem, que promovem e que irradiam aos outros tornam o povo brasileiro muito simpático. Envio pois a este povo a minha saudação e expresso aqui meu desejo de que ele siga pelos seus próprios caminhos de libertação cristã. Creio que seu exemplo marca realmente um caminho para os outros países latino-americanos, de modo que desejo que ele nunca desiluda aos demais países irmãos da América Latina.

CEDI – *Muitas de suas experiências tem sido uma bênção para nosso trabalho. Esperamos que o Espírito prossiga iluminando-o e ajudando-o em seu ministério episcopal junto aos nossos irmãos equatorianos. Mais uma vez muito obrigado pela oportunidade deste encontro e desta entrevista.*

TEÓLOGOS A SERVIÇO DA EVANGELIZAÇÃO

Gilberto Gorgulho

Havia em Puebla, durante a III CELAM, três grupos de teólogos. Um convocado pela CLAR. Outro composto por cientistas sociais. E um terceiro por pessoas convidadas individualmente pelos Bispos.

Logo formaram uma só equipe. E foi o primeiro testemunho de serviço. Não se tratava de defender as próprias idéias ou posições. Estava em causa a evangelização dos pobres no Continente latino-americano. Por isso, imediatamente todos perceberam que era preciso unir as forças e colocar-se em disponibilidade de serviço, a qualquer hora do dia ou da noite.

As condições de trabalho foram boas. O clima e o ambiente de debates que se criaram, entre os teólogos e os meios de comunicação social, foi momento de raro privilégio para os participantes.

A atuação dentro da Conferência se fazia através dos Bispos participantes. Solicitavam serviços, promoviam reuniões, apresentavam textos para emendas e novas sugestões. Nesse particular deve-se afirmar, creio eu, que a influência dos teólogos é bem maior do que se pode imaginar. Sendo que grande porcentagem de alguns textos vêm dessa influência.

Importante, no entanto, é registrar o testemunho de fidelidade e de serviço que todos deram. Não se tratava de uma afirmação pessoal. O importante era servir à Igreja e à obra da Evangelização. E os teólogos lá presentes deram sobejamente esse testemunho, talvez até para o espanto de muitos que esperavam um alarde contestatório!

OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

(899) Queremos tomar consciência do que a Igreja Latino-americana fez ou deixou de fazer em favor dos pobres depois de Medellín, como plataformas para a busca de pistas opcionais eficazes em nossa atividade evangelizadora no presente e no futuro da América Latina.

(904) Nem todos na Igreja da América Latina nos identificamos suficientemente com os pobres. Nem nos preocupamos ou somos solidários com eles. O serviço aos pobres exige de todos os cristãos conversão e purificação constantes, pra conseguirem identificar-se cada dia mais plenamente com o Cristo pobre e com os pobres.

(905) O compromisso evangélico da Igreja — no dizer do Papa — deve ser como o de Cristo: compromisso com os mais necessitados (Lc 4.18-21). Por conseguinte, a Igreja deve espelhar-se em Cristo quando se pergunta como deve ser a ação evangelizadora. O Filho de Deus demonstrou toda a grandeza desse compromisso ao tornar-se homem, pois identificou-se com os homens fazendo-se um deles, solidário com eles, e assumindo a situação em que se encontram, em seu nascimento, em sua vida, e sobretudo em sua paixão e morte, onde chegou à máxima expressão da pobreza (Fp 2.5.-12).

(906) Só por essa razão, os pobres merecem a atenção preferencial, ainda antes de se levar em conta sua situação moral ou pessoal. Feitos à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26-28) para serem seus filhos, esta imagem está obscurecida e ainda desfigurada. Por isso Deus toma sua defesa e os ama (Mt 5.45; Dt 2.5). Daí serem os pobres os primeiros destinatários da missão (Lc 4.18-21): evangelizá-los é, por excelência, o sinal e prova da missão de Jesus (Lc 7.21-23).

(921) Como solidariedade com o o pobre e como rejeição da situação em que vive a maioria do Continente, a exigência evangélica da pobreza liberta o pobre do individualismo na vida e da atração e sedução dos falsos ideais de uma sociedade de consumo. Assim o testemunho de uma Igreja pobre evangelizar os ricos que têm o coração apegado às riquezas, convertendo-os e libertando-os desta escravidão e do egoísmo.

(924) Sentindo-se comprometida com os pobres, esta Conferência Episcopal Latino-americana condena, como anti-evangélica, a extrema pobreza reinante no nosso Continente.

(925) Esforça-se por conhecer e denunciar os mecanismos geradores desta pobreza.

(926) Une os seus esforços aos de outras Igrejas e a todos os homens de boa vontade, para desarraigar essa pobreza e criar um mundo mais justo e fraterno.